

Articulação em rede de atores da região transfronteiriça (Suriname, Guiana Francesa, Amapá e norte do Pará) em torno de propostas de desenvolvimento sustentável para os povos indígenas



Relatório Preliminar da Primeira Reunião de Trabalho

(Macapá, 10 a 13 de novembro de 2008)



Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena

Coordenação e realização:



Parcerias para o seminário:



Projeto

“Construindo uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro, no Planalto das Guianas”

Redação: Francisco Simões Paes

Colaboração: Luis Roberto de Paula, Dominique Tilkin Gallois, Denise Fajardo Grupioni, Décio Yokota, Dagmar Cremer

Sumário

O PLANALTO DAS GUIANAS.....	4
BREVE PERFIL DA SITUAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO	5
CONSTRUINDO UMA REDE DE INTERCÂMBIOS PARA O PLANALTO DAS GUIANAS	8
APRESENTAÇÃO.....	8
INTERCÂMBIOS	8
1ª REUNIÃO DE TRABALHO TRANSFRONTEIRIÇA.....	9
PROGRAMAÇÃO DA REUNIÃO DE TRABALHO.....	11
RESUMO DAS ATIVIDADES.....	12
DETALHAMENTOS DOS TRABALHOS	13
PRIMEIRO DIA DE TRABALHO (10.12.2008).....	13
SEGUNDO DIA DE TRABALHO (11.12.2008).....	17
TERCEIRO DIA DE TRABALHO (12.12.2008)	34
QUARTO DIA DE TRABALHO (13.12.2008).....	38
AVALIAÇÃO FINAL DA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS	39
DEPOIMENTOS FINAIS	39
PRÓXIMOS PASSOS.....	40
LISTA DE PARTICIPANTES	41

O Planalto das Guianas

O Escudo das Guianas é um planalto geológico com floresta tropical no nordeste da Amazônia entre o Brasil, o Suriname, a Guiana Francesa e parte da Guiana. A área foi definida em agosto de 2006 como “megadiverso” com um número especialmente alto de espécies novas e endêmicas. No lado brasileiro, foram estabelecidas 12 reservas naturais e 8 territórios indígenas, perfazendo um grande corredor contínuo de cerca de 100.000 km² ao longo da fronteira. Aproximadamente a metade deste corredor fica no Estado do Amapá, mais precisamente no Corredor de Biodiversidade do Amapá (CBA), que cobre 55% da superfície do Estado; as outras áreas ficam no Estado do Pará. Cruzando a fronteira com a Guiana Francesa, há um extenso parque nacional e propostas estão sendo feitas para que o equivalente seja feito no Suriname. O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, e o Parque Amazônico da Guiana Francesa são, juntos, a maior área de parques nacionais contínua no mundo.

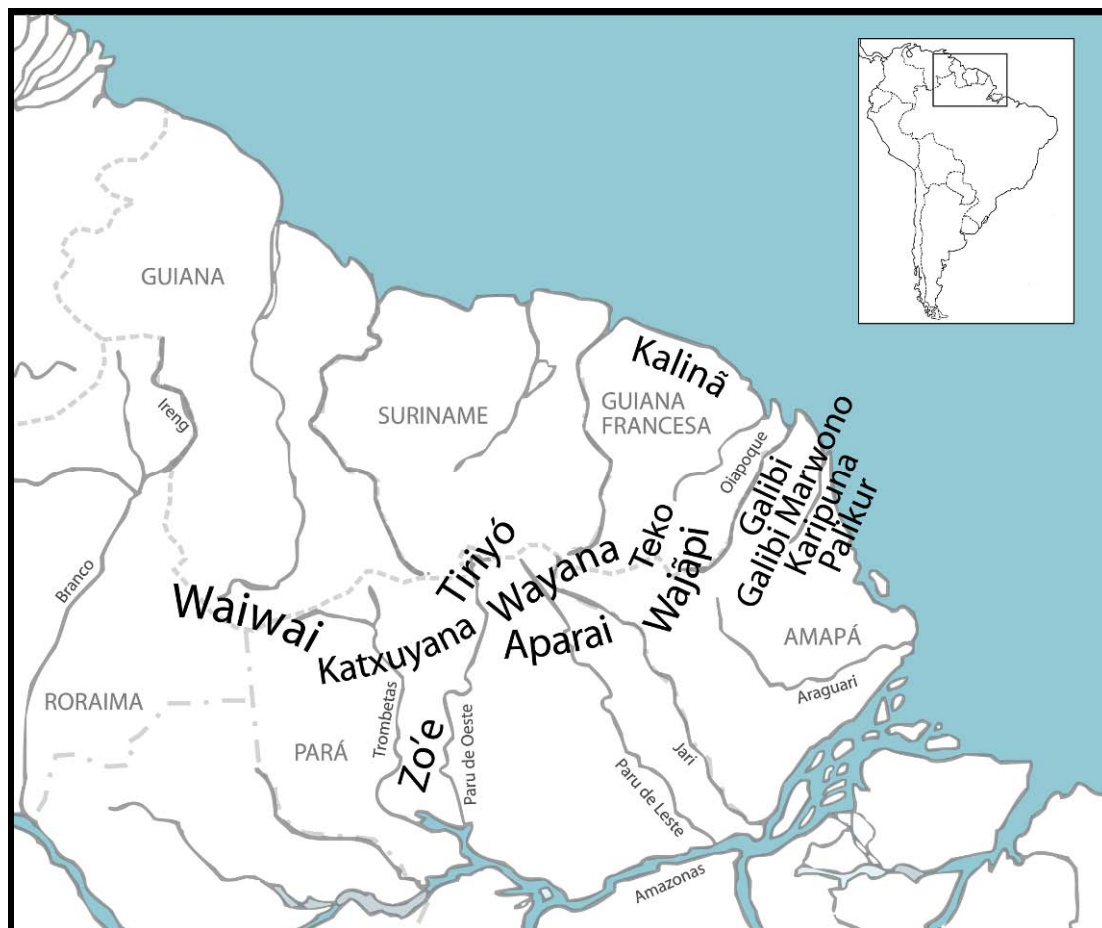
Apesar disso, há anos, a área é caracterizada por conflitos relacionados à utilização dos recursos naturais na região, particularmente à exploração de jazidas minerais e madeira tropical, além da pressão do desenvolvimento de infra-estrutura. A criação de áreas protegidas é uma tentativa das autoridades para reduzir a pressão sobre o ecossistema e os territórios indígenas. A pressão, contudo, é crescente por causa do alto crescimento demográfico, da duplicação da área agrícola nos últimos dez anos, especialmente em áreas próximas às protegidas, da contínua e intensa exploração desenfreada de plantas úteis e tipos de madeiras valiosos na floresta tropical e do desenvolvimento de infra-estrutura dentro de cada país e entre eles naquela região.

A imobilização de uma parcela considerável do território nacional para a constituição de reservas florestais, parques, legalização de terras indígenas e de remanescentes de quilombos tem sido um dos alvos prioritários dos ataques dos setores vinculados ao agronegócio, à exploração madeireira e à mineração, entre outros, que vêem essa política como um limite às suas atividades.

O objetivo do Iepé é contribuir para o desenvolvimento sustentável no Planalto das Guianas por meio de um diálogo com os povos que tradicionalmente habitam a região, caracterizada por uma grande diversidade socioambiental, e com as instituições indígenas, indigenistas e ambientalistas que lá atuam.

Breve Perfil da Situação Indígena na Região

A presença de diversos grupos indígenas, tanto no interior das terras como no litoral, já era conhecida nos primórdios da colonização da Amazônia, no século XVII. Essa região transfronteiriça foi sistematicamente explorada tanto por viajantes naturalistas, missionários, representantes governamentais e aventureiros, que atestaram os impactos da colonização no decorrer dos séculos XVIII e XIX.



Alguns grupos indígenas que vivem nessa região transfronteiriça

No entanto, até hoje, a diversidade lingüística e cultural dos grupos indígenas que vivem na fronteira entre o Brasil, a Guiana Francesa e o Suriname continua pouco conhecida e mal difundida. Sobretudo se consideramos que, além dos grupos indígenas, a Guiana Francesa e Suriname contam com uma população significativa de grupos tais como Aluku, Saramaka, Boni e Djuka, remanescentes de escravos ou “quilombolas” (conhecidos como *Maroons* no Suriname, *Bushinenge* na Guiana Francesa, ou *Mekoro*, pelos índios da região).

A tabela a seguir enumera os diferentes grupos indígenas tal como eles são reconhecidos pelos países de que fazem parte, sem levar em consideração a diversidade interna de cada um desses grupos, compostos de sub-grupos com denominações próprias e distintas das denominações étnicas convencionalmente utilizadas.

Grupos indígenas	Línguas	Onde se localizam			
		Norte Pará (Brasil)	Amapá (Brasil)	Guiana Francesa	Suriname
Wajãpi / Wayãpi	Tupi Guarani	X	X	X	
Emerillon / Teko	Tupi Guarani			X	

Grupos indígenas	Línguas	Onde se localizam			
		Norte Pará (Brasil)	Amapá (Brasil)	Guiana Francesa	Suriname
Zo'é	Tupi Guarani	X			
Wayana	Carib	X		X	X
Aparai	Carib	X			
Tiriyó / Trio	Carib	X			X
Kaxuyana	Carib	X			X
Aramayana	Carib	X			X
Mawayana	Carib	X			X
Akurio	Carib				X
Okomoyana	Carib				X
Sikijana	Carib				X
Sakytka	Carib				X
Waiwai	Carib	X			X
Lokono	Aruaque			X	X
Kali'na	Carib		X	X	X
Galibi-Marworno	Patoá		X		
Palikur	Aruaque		X	X	
Karipuna	Patoá		X	X	

Quanto à população de cada um desses grupos, faltam dados atualizados e consolidados. No caso de Suriname e da Guiana Francesa, a inexistência de um “status” diferenciado para a população indígena dificulta censos específicos.

Um levantamento nas fontes disponíveis permite estimar que para toda a região em foco, os grupos indígenas somem cerca de 20 mil pessoas (sem contar a população indígena que vive em centros urbanos, especialmente Caiena, Saint Georges e Oiapoque).

Historicamente e até hoje todos esses grupos mantêm intensas redes de intercâmbio, em formatos clássicos ou renovados, para troca de bens, de casamentos e de conhecimentos.

Brasil	Guiana Francesa	Suriname
905 Wajãpi	1200 Wayãpi e Teko	/
850 Wayana e Aparai	800 Wayana	500 Wayana
1186 Tiriyó, Kaxuyana e Txikuyana 80 Kaxuyana	/	1500 Trio
50 Galibi /Kali'nã 1166 Palikur 4378 Galibi Marworno/Karipuna	2000 (aprox.) 700 (aprox.) /	(2000aprox.) / /
238 Zo'é	/	/
1500 Waiwai	/	300 Waiwai
/	200 Arawak	/
10.353	4.800	4.300

Apesar dessa dinâmica estrutural baseada em redes de intercâmbios diversos, as políticas de assistência implementadas pelos diferentes estados nacionais junto a essas populações tiveram impactos sobre sua mobilidade, interrompendo, de certa forma, a circulação e as trocas entre elas, e

diminuindo suas oportunidades de cruzar as fronteiras, não só nacionais, mas também ideológicas, apropriadas de forma muito diferenciada a partir dos anos 70.

Assim, no lado brasileiro, as demarcações de Terras Indígenas abrangeram diversos grupos que passaram a ser caracterizados por “processos de fusão” (caso dos grupos Wayana e Aparai, dos grupos Waiwai, etc). Com exceção das TIs Wajãpi e Zo’é, todas as demais TIs abrangem múltiplos grupos que, apesar de sua convivência nessas novas “unidades” fundiárias e administrativas, mantêm sua autonomia cultural e suas línguas.

As políticas lingüísticas desenvolvidas por missionários religiosos ou por órgãos governamentais também tenderam a privilegiar uma das línguas em detrimento das outras (caso das línguas Aparai, Waiwai e Tiriyo, selecionadas pelas missões católicas e evangélicas para suas atividades de proselitismo e que, conseqüentemente, se tornaram línguas predominantes nas atividades escolares). Esse procedimento ocorreu tanto no Brasil quanto no Suriname. Já na Guiana Francesa, onde não há investimento de missões religiosas, a questão não se coloca, pela impossibilidade de ensino das línguas indígenas na escola.

A atuação de agências de assistência, com formatos “nacionais”, constitui um panorama de extrema diversidade, que não será possível resumir neste documento. Cite-se, para o Brasil, os programas de um número crescente de órgãos governamentais, além de missões e ONGs; no Suriname, missões religiosas e algumas ONGs e, na Guiana Francesa, os vários setores oficiais responsáveis pelas questões de saúde e educação, além da Gendarmerie.

Essa retração relativamente recente das relações entre grupos que ocupam lados opostos das fronteiras é importante de ser considerada para compreender diferenças na sua capacidade de mobilização assim como na variabilidade dos focos de reivindicações e programas de trabalho adotados pelas suas organizações em cada país.

Apesar disso, note-se, hoje, que é grande o interesse das comunidades indígenas em restabelecer contatos e trocas culturais outrora intensas, pois percebem nesses contatos maneiras de se fortalecer cultural e politicamente.

Construindo uma rede de intercâmbios para o Planalto das Guianas

Apresentação

O objetivo central do Iepé é contribuir para o fortalecimento cultural e político e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas que vivem no Amapá e norte do Pará. Isso é importante para que essas populações possam se organizar e enfrentar de forma articulada os desafios crescentes que hoje se colocam às suas comunidades e organizações na defesa de seus interesses e direitos constitucionais.

Entre as linhas de trabalho implementadas nos últimos anos pelo Iepé, uma delas é apoiar a gestão territorial e ambiental das terras indígenas por parte das comunidades que nela vivem e uma maneira de fazer isso é engajá-las num esforço conjunto em torno de ações voltadas para a conservação ambiental na região do Planalto das Guianas. Promover o intercâmbio entre comunidades e organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e acadêmicas é uma das maneiras de apoiar essas ações. É importante, ainda, incentivar uma melhor articulação entre as entidades existentes no lado brasileiro e também favorecer o contato entre essas e as organizações e grupos indígenas situados do outro lado das fronteiras. Nesse aspecto, consideramos prioritária a difusão de informações qualificadas e acessíveis sobre as problemáticas compartilhadas por todos esses povos e a construção de um programa conjunto de gestão territorial e ambiental.

Há um trabalho desafiador a ser realizado para promover e apoiar articulações em torno dos problemas ambientais que as comunidades estão enfrentando, pois ainda não temos uma real dimensão dessas questões, ainda muito isoladas. Esse é o trabalho que o Iepé está se propondo a desenvolver e apoiar nos próximos anos a partir de intercâmbios entre os povos indígenas e a partir da realização de reuniões e seminários transfronteiriços.

Intercâmbios

Nossa primeira atividade nesse sentido foi promover visitas de intercâmbio de representantes indígenas da região do Amapá e norte do Pará, acompanhados por membros de nossa equipe a comunidades indígenas e instituições da Guiana Francesa e do Suriname. Em março de 2008 uma equipe composta por dois Wajãpi do lado brasileiro (da diretoria do Apina), um Galibi-Marworno (gerente do Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque) e um karipuna (presidente da Apio), acompanhados por Simone Ribeiro (coordenadora de terra e meio ambiente do Programa Wajãpi) e Francisco Paes (coordenador do Programa Oiapoque) visitaram instituições ambientalistas da Guiana Francesa e as comunidades indígenas de Macouria (palikur) e Awala-Yalimapo (Kali'na). Contatos entre as populações indígenas do Amapá e da Guiana Francesa já existem há muitos anos. Além das tradicionais relações e freqüentes visitas familiares e comunitárias já realizadas pelos grupos indígenas representados pelos participantes desse intercâmbio. Entretanto, é a primeira vez que se estabelece um contato que se propõe ser sistemático e voltado às questões ambientais. Em abril de 2008 uma outra equipe, composta por dois representantes Tiriyó, acompanhados por Denise Grupioni (coordenadora do Programa



Intercâmbio Guiana Francesa

Tumucumaque) e Décio Yokota (coordenador estudos ambientais), estiveram no Suriname, onde puderam visitar algumas instituições indigenistas e ambientalistas, bem como a comunidade indígena de Sipaliwini, no extremo sul do Suriname, aldeia tiriyo mais próxima da fronteira com o Brasil. Esse foi o início do estabelecimento de uma rede regional e transfronteiriça de articulação e troca sistemática de informações entre organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas da região. Nessas oportunidades, identificamos os potenciais parceiros para a construção de uma rede transfronteiriça, conseguimos dar maior visibilidade ao trabalho do Iepé para diferentes instituições da Guiana Francesa e do Suriname, e nos foi possível estabelecer uma interação entre os índios “brasileiros”, “franceses” e “surinameses”, apesar das barreiras sociais e políticas entre os países.

Ao intensificar e assegurar um contato sistemático e constante entre os grupos indígenas e as instituições indigenistas e ambientalistas que atuam na região do Planalto das Guianas, nosso objetivo é estabelecer uma aliança regional em torno das questões indígenas e ambientais. As ações incluem criar os meios necessários para o estabelecimento de um diálogo constante entre esses grupos e instituições. Dessa maneira, os povos indígenas da região e as instituições que os apoiam poderão desenvolver uma plataforma política comum e contribuir de maneira ativa e qualificada na defesa de medidas governamentais adequadas à gestão ambiental e territorial dessa região.



Intercâmbio Suriname: Aldeia Sipaliwini

1ª Reunião de Trabalho Transfronteiriça

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas durante a Primeira Reunião de Trabalho para a Articulação em Rede de Atores da Região Transfronteiriça (Suriname, Guiana Francesa, Amapá e norte do Pará) em torno de Propostas de Desenvolvimento Sustentável para os Povos



Reunião na Fortaleza de Macapá

Indígenas. A Reunião ocorreu entre os dias 10 e 13 de novembro de 2008 na Fortaleza de São José de Macapá, e abrangeu a região de fronteira entre Brasil, Guiana Francesa e Suriname, envolvendo Terras Indígenas, Parques Nacionais, Institutos de Pesquisa e Instituições governamentais. Participaram do encontro representantes da Guiana Francesa, Suriname e Brasil, Caciques, Representantes de diferentes etnias, Prefeitos, Representantes dos Parques Nacionais, Órgãos Governamentais, Secretarias de Meio Ambiente, a lista completa dos participantes consta em anexo.

Trata-se de uma iniciativa do Iepé, no âmbito das atividades do projeto “Construindo uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro, no Planalto das Guianas”, desenvolvido com apoio da Rainforest Foundation – Noruega e em parceria com comunidades e organizações indígenas do Amapá e norte do Pará. Este projeto baseia-se, em linhas gerais, em dois componentes, quais sejam, (1) a implementação de atividades voltadas à sustentabilidade sócio-

ambiental em cada terra indígena abrangida e (2) a articulação em rede de atores do Planalto das Guianas em torno de propostas de desenvolvimento sustentável.

Essa Reunião de Trabalho Transfronteiriça teve como objetivos prioritários (1) identificar e discutir os desafios sócio-ambientais para os povos indígenas presentes na região em foco; (2) identificar e discutir as estratégias de gestão sócio-ambiental em terras indígenas e em seu entorno; (3) compartilhar essas reflexões com parceiros da rede transfronteiriça presentes; e (4) construir coletivamente um plano de trabalho composto por agendas e compromissos comuns em torno da consolidação de uma rede transfronteiriça e de propostas de desenvolvimento sustentável para a região. A Reunião de Trabalho foi uma primeira experiência coletiva na construção de uma rede, cujo objetivo de longo prazo é articular entre si organizações representativas dos povos indígenas e dos três países e articulá-las com organizações governamentais e não-governamentais, formando uma rede de atores engajados na conservação ambiental da região do Planalto das Guianas. Almeja-se que no âmbito dessa rede propostas para ações e políticas ambientais sejam compartilhadas e elaboradas em conjunto pelas organizações indígenas e parceiros e que experiências locais de sustentabilidade sejam valorizadas como alternativas passíveis de multiplicação no âmbito de uma rede de atores favoráveis à conservação.

Para subsidiar os participantes desta Reunião de Trabalho, o Iepé elaborou um documento-base com pequenas sínteses temáticas de assuntos que foram debatidos durante os quatro dias do evento. No documento, a maior parte das informações apresentadas se refere à situação do lado brasileiro. Os dados compilados sobre a situação no Suriname e Guiana Francesa apresentam lacunas. Esperamos, outrossim, que essas lacunas sejam completadas paulatinamente, a partir da troca de informações. Esta Reunião de Trabalho foi uma ocasião em que os representantes indígenas do Suriname e da Guiana Francesa, bem como entidades



Grupo de trabalho

convidadas que os apóiam em seus países de origem, puderam contribuir com informações qualificadas e atualizadas, que foram incorporadas a este documento final.

A reunião foi conduzida pela mediadora Dagmar Cremer.

Segue, abaixo, a programação da Reunião e uma compilação dos trabalhos realizados.

Programação da Reunião de Trabalho

10 de novembro (segunda-feira)

08:30 - identificação dos participantes e retirada de material de apoio

09:00 - abertura

- apresentação dos participantes
- Denise Fajardo Grupioni: Panorama dos Povos Indígenas
- Dominique Gallois: apresentação dos objetivos da Reunião de Trabalho
- plenária de esclarecimentos e depoimentos

10:30 - atividade em grupo: **Discutir as expectativas para essa reunião.**

11:00 - apresentação dos trabalhos

14:00 - atividade em grupo: **Quais os principais problemas sócio-ambientais em suas regiões e quais as alternativas planejadas para superar esses problemas?**

16:00 - apresentação dos trabalhos

17:45 - avaliação do primeiro dia de trabalho

18:30 - coquetel de abertura da exposição *Jane reko mokasia*

11 de novembro (terça-feira)

08:30 - continuação das apresentações dos trabalhos em grupo

14:00 - apresentação e distribuição do Boletim externo do Iepé n. 6, sobre mineração industrial e garimpagem em terras indígenas

14:30 - apresentação “Desafios Socioambientais na Região”, por Décio Yokota (Iepé)

15:30 - apresentação “L’homme dans son environnement passé et présent: pour l’élaboration du schéma d’orientation minière”, por Pierre Grenand (IRD, Guiana Francesa)

16:30 - apresentação sobre os desafios socioambientais no Suriname, por Carla Madsian (VIDS, Suriname)

17:00 - roda de depoimentos

18:30 - avaliação do segundo dia de trabalho

12 de novembro (quarta-feira)

08:30 - atividade em grupos temáticos: **Levantamento de problemas comuns na região.**

14:00 - apresentação dos trabalhos

18:30 - avaliação do terceiro dia de trabalho

13 de novembro (quinta-feira)

08:30 - atividade em grupos temáticos: **Continuação das reflexões sobre os problemas comuns. Analisar as propostas apresentadas, priorizar algumas ações e planejar a execução dessas ações dentro das agendas possíveis.** Duas ou três ações prioritárias e factíveis. (detalhar, responsáveis, datas)

14:00 - apresentação dos trabalhos

17:30 – elaboração da tabela Próximos Passos (agenda e compromissos)

18:30 - avaliação do quarto dia de trabalho

- avaliação
- agradecimentos
- fechamento

Resumo das atividades

- **Primeiro dia 10.11**

- Início dos Trabalhos: objetivos, apresentação dos participantes, levantamento de expectativas para o encontro.
- Primeiro grupo de trabalho: levantamento dos principais problemas socioambientais de cada região representada. Apontamento de possíveis soluções e parceiros.

- **Segundo dia 11.11**

- Retrospectiva do dia anterior.
- Finalização das apresentações dos grupos e debate.
- Apresentação Iepé sobre Desafios Sócio Ambientais da Região.
- Apresentação IRD sobre a ocupação humana da região, especialmente na Guiana Francesa.
- Apresentação sobre Desafios Sócio Ambientais na Região do Suriname.

- **Terceiro dia 12.11**

- Trabalho em grupo para levantamento dos problemas comuns aos três países. Temas: Mineração, Gestão das terras e Descentralização e Impactos de grandes obras de infraestrutura.
- Apresentação dos trabalhos e discussão em plenária.

- **Quarto dia 13.11**

- Trabalho em grupo para identificação de ações conjuntas que podem ser realizadas. Priorização de ações.
- Comentários finais e próximos passos.

Detalhamentos dos trabalhos

Primeiro dia de trabalho (10.12.2008)



Denise Grupioni

Os trabalhos iniciaram com o esclarecimento dos objetivos da reunião. Nessa etapa, os participantes, em pequenos grupos, levantaram as expectativas para o encontro, cada grupo deixando claro o que gostaria de discutir.

Após os esclarecimentos dos objetivos, foram organizados três grupos de trabalho (“Oiapoque”, “Tumucumaque” e “Wajápi”) para levantar os principais problemas socioambientais da região, apontar alternativas possíveis e potenciais parceiros que possam apoiar as ações. As perguntas orientadoras foram: (1) Quais os principais problemas sócio-ambientais? (2) Há alternativas para enfrentar os

problemas levantados? (3) Quais os parceiros que podem apoiar essas ações?

Um dos pontos importantes a ser salientado nessa identificação de problemas é que existem diferenças significativas em termos de legislação, território e direitos indígenas entre os três países. No Suriname e na Guiana Francesa, para citar um exemplo, existem muitas dificuldades e o Governo não reconhece os povos indígenas como grupos diferenciados, não existe o direito à terra, e a saída alternativa tem sido recorrer às leis internacionais para se ter algum direito garantido. O lixo, o garimpo a centralização dos povoados foram citados como sendo problemas graves que afetam seriamente as comunidades indígenas de toda região.

Segue abaixo um detalhamento das discussões.

(1) Abertura: depoimentos

- Dominique Gallois (NHII/USP e Iepé): Nossos objetivos: voltar a nos conhecermos melhor; conhecer melhor a situação de cada área; compartilhar propostas e soluções; nos organizarmos em rede; construirmos uma pauta em conjunto. A nossa grande pergunta é: qual será o futuro dos povos indígenas da região? Quais os principais problemas? Quais as soluções encontradas, planejadas e experimentadas? Ninguém vai conseguir resolver essas questões e os problemas sozinhos. Essa é uma primeira reunião, e o Iepé quer continuar a apoiar esse trabalho. Gostaríamos de ter mais instituições



Fabienne Mathurin-Brouard e Dominique Gallois

presentes, mas nossa capacidade era limitada, então optamos por dar prioridade para as instituições indígenas e também para as instituições que trabalham diretamente (e efetivamente) com os povos indígenas. Tentaremos solucionar melhor essas limitações da próxima vez.

- Fabienne Mathurin-Brouard (Prefeita de Saint Georges de l'Oyapok, Guiana Francesa): Precisamos perguntar aos índios se eles querem ser como nós ou se querem continuar como eles são. Os resultados desses trabalhos devem chegar a Brasília e a Paris para serem validados e sobretudo aplicados. Por isso gostaria que reuniões como essa acontecessem na Guiana Francesa e no Suriname. Estamos falando de ter maior protagonismo das lideranças indígenas.

(2) Primeiro trabalho em grupo: O que eu quero discutir nessa reunião? Quais são as nossas expectativas para esse trabalho?

- Grupo Guiana Francesa (apresentação: Fabienne Mathurin-Brouard): Queremos que essas informações cheguem a Paris. Queremos trabalhar com o problema da livre circulação e dos direitos territoriais. Queremos também trabalhar numa definição dos povos indígenas quanto a que tipo de futuro eles desejam ter. Viver como indígena ou como francês? Ou os dois.

Grupo Oiapoque (apresentação: Estela Karipuna): **Queremos discutir:** (1) obras de infra-estrutura e empreendimentos que geram impactos muito grandes nas TIs – Ponte Binacional entre Brasil e Guiana Francesa, Asfaltamento da BR-156, o que acontece na GF. (2) Proteção territorial – fiscalização, vigilância, ampliação do território, como os parentes trabalham com a questão da ocupação territorial, Plano de Vida. (3) Intercâmbio – como trabalhar a questão da mobilidade transfronteiriça para os índios, visita a parentes, venda de produtos na GF. (4) Assentamentos e planos de exploração no entorno das



Terras Indígenas – Assentamento Igarapé Grande (invasões das TIs Juminã e Galibi), Assentamento Cassiporé (na TI Uaçá) e Floresta Estadual de Produção (com exploração de madeira). (5) Reconhecimento das normas e leis do Brasil pelo governo francês e pelos índios do lado de lá – temos dificuldades de trânsito, dificuldades de respeito das normas internas das comunidades pelos parentes do Saint Georges, não se pode vender legalmente produtos na Guiana Francesa, exploração ilegal das riquezas das TIs do Oiapoque para comércio ilegal na GF (caça e pesca); dupla nacionalidade. (6) Discutir as questões dos jovens (intercâmbios e incentivos culturais). **Nossas expectativas:** facilitar o intercâmbio com a GF; mais esclarecimento para as comunidades; busca de alternativas para reconhecimento da legislação brasileira indígena.

- Grupo Wajãpi. História do documento “Prioridades dos Wajãpi” preparado anualmente desde 2005. Modo encontrado pelos Wajãpi para apresentar aos órgãos do governo as ações que eles consideram prioritárias e devem ser atendidas por cada um dos órgãos. O documento de prioridades para 2008 apresenta as seguintes reivindicações: (1) reconhecimento de uma faixa de entorno no limite leste, (2) homologação de pistas de pouso na terra indígena, (3) Regularização dos assentamentos.

- Grupo Apalai/Wayana. **Querem discutir:** (1) Meio ambiente - lixo que vem de fora, venda de animais (pássaros) para fora, garimpos em TI e entorno; (2) Direitos indígenas sobre a terra nos outros países; (3) Intercâmbios com parentes da Guiana e do Suriname; (4) Manejo; (5) Transporte aéreo para fiscalização. **Nossas expectativas:** buscar alternativas de sustentabilidade; discutir sobre reconhecimento e demarcação das TIs na GF e Suriname.



Grupo de trabalho

- Grupo Tiriyo e Kaxuyana. **Querem discutir:** (1) Invasão territorial: garimpeiros na área de Kuxaré (presença de pesquisadores); (2) Obras em TI (ampliação da pista da Missão Tiriyo pela Comara), mina de brita; (3) Fiscalização e regularização de pistas de pouso; (4) Tráfico de animais; (5) Proteção e gestão territorial; (6) Ampliação das parcerias: FUNAI, Iepé, ACT; (7) Meios para manter a floresta em pé. **Expectativas:** Mais treinamento, capacitação para continuar proteção, monitoramento via satélite, saúde e meio ambiente andam juntos.

• Grupo FUNAI (apresentação: Jaime Siqueira). **Querem discutir:** Possibilidades de ações sustentáveis em TIs, ações de proteção. **Expectativas:** fortalecimento da rede, construção de propostas sustentáveis, atender as expectativas dos povos indígenas; aperfeiçoar a comunicação e intercâmbio entre os atores.

- Grupo Kaxuyana do Trombetas (apresentação: João do Vale). **Querem discutir:** Apoio para nova aldeia (Transferido em 1968. E em 2001 voltou.). Reconhecimento da Funai e do Município de Oriximiná.
- Grupo Trio Suriname (apresentação: Ewka Sipaliwini). **Querem discutir:** Reconhecimento das TIs, reconhecimento de leis específicas para indígenas. **Expectativas:** Apoio nesse trabalho de reconhecimento, parcerias de ONGs e apoio de governos do Brasil e do Suriname, troca de idéias e de experiências, terras no Suriname não estão demarcadas.

(3) Segundo trabalho em grupo: Quais os principais problemas sócio-ambientais em suas regiões e quais as alternativas planejadas para superar esses problemas?

Grupo Oiapoque (apresentação: Estela Karipuna). **Principais problemas:** (1) Degradação ambiental no entorno das Terras Indígenas: ocupação territorial, crescimento do centro urbano de Oiapoque, projetos de infra-estrutura. Assoreamento dos rios; (2) Consumismo nas comunidades: geração de lixo, mudança de hábitos, perda de cultura. A própria geração de renda já é um impacto; (3) Entrada e mal uso de equipamentos e tecnologia: Ex.: impacto da utilização de motores de popa nas beiradas dos rios e igarapés e nas matas ciliares. Motosserras nas roças. Aumento do tamanho das roças e das queimadas. Interferência no *maiuhi*. Incentivo à comercialização de madeira; (4) Criação de gado. Desmatamento de matas ciliares dentro e fora da área indígena. Poluição dos igarapés; (5) Aumento e concentração populacional: impacto ambiental, falta de espaço, geração de conflitos familiares e políticos. Aumento do número de queimadas, (6) Abuso do uso dos recursos naturais: venda de caça e de madeira; (7) Dificuldade de saneamento básico nas comunidades; (8)

Não existe um planejamento da Terra: roças feitas em locais inadequados margem dos igarapés e da BR, diminuição da caça, pesca. Corte de madeira; (9) Sobreposição de área indígena com áreas protegidas – parques. **Alternativas:** temos que nos readequar: formação e capacitação. Vigilância e fiscalização. Conscientização e fortalecimento das organizações indígenas e indigenistas. Sustentabilidade econômica: preparo do solo, aproveitamento das áreas derrubadas e das capoeiras. Descentralização de comunidades muito grandes, como Kumarumã, que têm mais de 2000 pessoas. Incentivo à ocupação do território. Plano de Vida: organização coletiva e participativa dos problemas, das demandas e das possibilidades de enfrentá-las. Comitê Gestor: representação político-social do Plano de Vida junto às instituições governamentais e não-governamentais. Zoneamento territorial – etnomapeamento. Manejo do tracajá. Reocupação territorial – em regiões muito concentradas incentivar as famílias a ocupar outras áreas. Revisão dos limites territoriais. **Parceiros:** Funai, Ibama e ICMBio, Polícia Federal, Governos estaduais e municipais, ONGs e comunidades indígenas – TNC, IEPÉ, CIMI, Organizações Indígenas.

- **Grupo Wajãpi** (apresentação: Aikyry). **Principais problemas:** (1) Assentamento encostado no limite da Terra Indígena; (2) Aumento da população de colonos; (3) Caçadores não Índios, tiradores de Cipó títica, pesquisadores de outro, pescadores na TIW; (4) Áreas degradadas deixadas pelos garimpeiros; (5) A pista no Okakai não está sendo usada; (6) Falta construir duas pistas de pouso nos limites da TIW; (7) Diminuição da caça na TIW. **Alternativas:** ; (1) Elaboração de documentos com as prioridades APINA e APIWATA; (2) Criação da faixa de amortecimento perto do



Grupo de trabalho

- assentamento; (3) Conscientização dos moradores através do intercâmbio; (4) Capacitar os Wajãpi para fazer a coleta nas áreas degradadas na TIW; (5) Vigilâncias nos limites; (7) Pedir para COMARA fazer homologação da pista no Okakai; (8) Já pedimos para FUNAI e COMARA uma construção da pista no Kamuta; (9) Oficina de caça, para fazer projeto de repovoamento de algumas caças. **Parceiros:** Iepé, FUNAI, Ibama, ICMBio, SEMA, MDA, Ministério Público Federal
- **Grupo Tiriyo/Wayana** (apresentação: Fabio/Demétrio). Demétrio: sobre o Suriname. Nas aldeias grandes existem dificuldades também. No Suriname o governo não dá muito apoio. Eles precisam pagar por saúde, escolas, etc. Governo não apóia a descentralização.
- **COMENTÁRIOS:** **Estela** – AER Oiapoque: A questão do lixo é igual a para todos os povos. Comentário **Carla:** O direito à terra para os povos indígenas não é reconhecido pelo governo surinamês, portanto eles não podem recorrer à lei para se proteger. A saída é recorrer às leis internacionais. Devemos nos conscientizar sobre qual a origem desse problemas, como é o caso no Suriname dos garimpos e da concessão das terras as terceiros e empresas. **Dominique Gallois:** Esclarecimento sobre o roteiro da reunião. Os primeiros dias são para os representantes indígenas colocarem seus problemas. Em seguida o Iepé e as demais instituições de apoio farão uma apresentação mostrando a origem desse problemas, com a complementação das demais instituições. **Kumaré:** Fala sobre Funasa e cursos para AISAN. **Aikyry:** antigamente a gente não se preocupava com lixo. Hoje tem preocupação porque lata e garrafa e plástico não derrete no mato. O Iepé fez oficinas pra gente e fizemos cartilha. A Funasa também deu curso de saneamento. Estamos controlando esse problema de lixo hoje. Baterias e pilhas, nós guardamos e

mandamos de volta. O que dá pra queimar, nós queimamos lá mesmo. Cacique de Pedra da Onça: Nossa preocupação também é sobre isso. Estou chateado com a ACT, que prometeu fazer curso de lixo. Teve curso em Macapá, mas não continuaram. Prometeu para juntar baterias em cada aldeia. Está lá juntado esperando para ser retirado. Onde foi recurso da ACT pra ajudar nisso? Antropólogo da ACT: A ACT trabalha com conservação ambiental e lixo é uma coisa muito importante para isso. No curso de Guarda Parques que está sendo feito agora, o lixo é um tema importante e é sempre tratado. Através do lixo falamos de consumo, de valores e de preservação ambiental. Fábio Wayana: É muito caro mandar uma aeronave pra buscar o lixo. ONGs não conseguem pagar isso, mas a Funasa consegue. A Funasa é governo e tem que conseguir recurso para retirar esse lixo. Dominique: É importante um trabalho de conscientização das comunidades para que possam refletir melhor sobre por que se leva tanto lixo para as aldeias, e sobre a seguinte pergunta: será que dá pra viver com menos lixo?

Segundo dia de trabalho (11.12.2008)

O segundo dia foi iniciado com uma breve retrospectiva do dia anterior, para que os participantes que chegaram apenas nesse dia, pudessem ser inseridos no contexto das discussões. Em seguida foram finalizadas as apresentações dos grupos.

O trabalho desse segundo dia foi dedicado a relatos sobre a situação das realidades de cada país, dos Parques, legislação, e para troca de informações em geral. Iniciaram-se os relatos com uma discussão sobre a relação dos índios Wajãpi e Teko com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, aproveitando a presença de seu diretor, Christoph Jaster. Segundo Christoph, não é permitida a presença de comunidades e roças nas áreas do Parque, a lei não permite nenhuma ocupação ou utilização dos recursos. Apontou uma situação contraditória: a ocupação pelo Exército Brasileiro, por ser área de fronteira, bem como a existência de Vila Brasil, que deverá de



Grupo de trabalho

alguma maneira ser integrada na gestão do Parque num possível projeto de ecoturismo, num centro de atração de visitantes. Mas ponderou que isso precisa ser discutido e para que sejam encontradas alternativas viáveis. Quanto à Ilhabela, entreposto garimpeiro, existe a convicção de que essa ocupação precisa ser retirada em função da problemática que apresenta, totalmente voltada para o garimpo. Isto não deixa de ser uma ação com impactos sérios, pois em algum lugar as pessoas que trabalham na atividade deverão ser absorvidas, isso implica na proposição de projetos que visam amenizar esse impacto da remoção de Ilhabela. A estratégia para desativar os garimpos deverá ocorrer de forma gradual. Será necessária uma ação conjunta entre os três países, pois uma ação isolada promove a migração de um local para o outro sem solucionar o problema. Foi dito ainda que pela legislação é permitido que indígenas entrem em parques, unidades de conservação e de proteção integral se for com o objetivo de visitar parentes, mas somente para transitar, não é possível fazer roças ou qualquer tipo de ocupação permanente. Para o Parque do Tumucumaque o turismo como geração de renda, poderá ser uma boa alternativa para mudar a opinião negativa que a população criou, grande parte da classe política foi contrária à criação do Parque em função das

restrições que ele gera, no entanto poderá gerar empregos para garimpeiros desempregados e trazer algum tipo de retorno para a região.

Seguiu-se uma apresentação sobre os “Desafios Sócio ambientais da Região”, feita pelo Coordenador de Estudos Ambientais do Iepé, Décio Horita Yokota. Buscando situar melhor os participantes, a apresentação destacou as tendências antagônicas do futuro da região: Consolidação das Áreas protegidas X Exploração da vocação mineral. Foi apresentado um mapa das áreas protegidas, o histórico de formação dessas áreas, as diferentes categorias de uso, neste mosaico de áreas. Apresentou também as características da exploração mineral e madeireira na região.

Em seguida, o antropólogo do Instituto de Recherche et Développement / IRD, Pierre Grenand, complementou a contextualização dizendo que a região já é ocupada a mais de 7 mil anos, segundo comprovação de estudos arqueológicos feitos, portanto não é uma área livre de ocupação



Pierre Grenand

humana, como muitas vezes é chamada. Ele esclareceu que na Guiana Francesa, não se demarca terras indígenas, mas existem as chamadas Zonas de Direito de Uso Coletivo para pesca caça e coleta, algumas delas dentro do Parque Amazônico. São zonas de uso exclusivo dos indígenas, por isso é interdito o uso do subsolo. Na Guiana Francesa existe muita pressão para liberar a mineração nestas áreas com a alegação que os povos indígenas já não as usam mais, pois não têm necessidade de caça e ocupação de áreas maiores, já que vivem em aglomerados urbanos e são considerados cidadãos franceses. Uma das alternativas encontradas para

substituir o Garimpo é o turismo responsável, pois garimpo e turismo são atividades incompatíveis.

Para a representante do Suriname, Carla Madsian, a proteção dos povos indígenas deve ser prioridade, pois foram os povos indígenas que protegeram até os dias de hoje as florestas por eles ocupadas. No Suriname existem territórios em disputa localizados nas duas fronteiras com o Brasil e com a Guiana Francesa, são áreas que envolvem povos indígenas, e esta discussão precisa envolver os países vizinhos.

As visões sobre o que representa um Parque Nacional são muito diferentes e todos os presentes concordaram que um evento como esse é muito importante para nivelar o entendimento e propor alguma ação conjunta.

(1) Continuação do segundo trabalho em grupo: Quais os principais problemas sócio-ambientais em suas regiões e quais as alternativas planejadas para superar esses problemas?

- **Grupo Guiana. Principais problemas:** (1) Garimpagem (legal e ilegal): Desmatamento, Poluição das águas, Destruição da fauna, Perturbações sociais, Insegurança, Violência, prostituição, drogas. (2) Pressões intra- e extra-nacionais para a sedentarização das comunidades: Identidade - Restrição das terras para roça, Restrição da caça e pesca, Perturbações sociais, Degradação da saúde, Aldeias superdimensionadas, Infra-estrutura insuficiente, Qualidade da água. (3) Acesso à terra: Legislação fundiária da França na Guiana Francesa não adaptada. (4) Ausência de uma legislação sobre a proteção dos recursos naturais. (5) Conflitos de usos entre os dois parques nacionais – roças, caça, pesca e coleta, Vila Brasil. **Alternativas:** (1) Garimpagem: Aplicar a lei, comprometer as populações no melhoramento das leis sobre as minerações, cooperação tri-nacional de luta contra garimpagem ilegal. (2) Sedentarização: criar novas zonas de vida ZDU

(zonas de direitos de uso: terra indígena), ampliar as zonas existentes, melhorar os direitos dentro das ZDU, permitir o desmembramento das aldeias existentes para criar novas aldeias menores. (3) Acesso à Terra: adaptar a lei fundiária da França à realidade guianense. (4) Proteção dos recursos naturais: criar lei para regulamentar a utilização industrial dos recursos naturais. (5) No assunto das áreas protegidas: melhorar a comunicação sobre as legislações brasileira e francesa sobre os Parques, cada comunidade tem que respeitar as legislações nacionais, a presença de Vila Brasil, Ilha Bela, educação ambiental. **Parcerias:** Na Guiana Francesa há só a lei francesa, sem adaptação. Por exemplo: os indígenas não têm existência legal como indígenas, somente como cidadão francês. Apoios: Instituições francesas, Ministérios, Assembléia Nacional, Senado, Municípios, Assembléias Regionais, Associações indígenas e outras ONGs, Instituições científicas, Serviços públicos, Colaboração geral com as parcerias brasileiras.

• **COMENTÁRIOS:** Renê Monerville

(Prefeito de Camopi e vice-presidente do conselho de administração do Parque Amazônico): o grupo trabalhou sobre questões que afetam o alto Oiapoque. Problemas sociais: o problema do garimpo clandestino afeta a todos nós. Oiapoque e Maroni há um excesso de garimpos ilegais para que os índios possam viver tranquilos. O desmatamento afeta muito as comunidades. Abertura de roçados e serraria de madeiras. O problema da poluição de todos os rios e igarapés. Os rios são sujos e contaminados, quase não tem peixe e a população



Renê Monerville

aumenta. Estamos tendo que rever todo nosso sistema de alimentação pois estamos confrontados com a evolução e a presença dos salários. Tem a destruição da fauna aquática e animal, caça clandestina no interior das florestas. E o garimpo causa uma perturbação social. Insegurança, violência, prostituição e infelizmente também as drogas. Faço a questão: será que pode existir uma aldeia dentro do Parque Montanhas do Tumucumaque no Brasil? Dentro das comunidades, do ponto de vista social, há um problema enorme de alcoolismo, tanto no Camopi quanto em Três Saltos. Como prefeito de um município da França ao lado de um país tão grande como o Brasil, há muita dificuldade pois o Brasil é uma federação. Há também uma pressão para sedentarização. No nosso município, as comunidades indígenas Teko e Wajãpi, fazem suas roças tanto do lado francês quanto do lado brasileiro. Parece que não houve muita informação, porque de um dia para o outro as pessoas se viram rechaçadas do lado brasileiro, impedidas de fazer suas roças. Tem perturbações sociais e degradação da saúde, com toda interferência de fora. As populações ameríndias são muito frágeis quando confrontadas com todas essas questões. Além dos problemas de saúde, causados pelo garimpo, como crianças que nascem com má formação. Com o aumento da população, as aldeias cresceram muito. Ainda tem os problemas de infraestrutura, com a questão da água potável. Esse ano, nos preocupamos muito com a furação de poços nas comunidades. Em terceiro lugar, está o acesso à terra. A França não reconhece aos índios o direito à terra, porque somos franceses como qualquer outro cidadão. A FOAG já pediu ao governo francês que reconheça os direitos indígenas de identidade. Em quarto ponto, há a diferença de legislação em relação à utilização dos recursos naturais. **Alternativas:** garimpo: tem que aplicar a lei. Precisa comprometer as populações no melhoramento das leis sobre as minerações. Cooperação tri-nacional de luta contra garimpagem ilegal. Sedentarização: Criar novas zonas de vida ZDU (zonas de direitos de uso: terra indígena). Ampliar as zonas existentes. Melhorar os direitos dentro das ZDU. Permitir o desmembramento das aldeias existentes para

criar novas aldeias menores. Acesso à Terra: Adaptar a lei fundiária da França à realidade guianense Proteção dos recursos naturais: criar lei para regulamentar a utilização industrial dos recursos naturais. No assunto das áreas protegidas: melhorar a comunicação sobre as legislações brasileira e francesa sobre os Parques. Cada comunidade tem que respeitar as legislações nacionais - a presença de Vila Brasil, Ilha Bela, educação ambiental. É preciso melhorar a comunicação em respeito às legislações de áreas protegidas entre os dois países, pois estamos sem informações sobretudo do lado brasileiro. Hoje vamos voltar com mais informações para nossas comunidades. Antigamente era uma terra ameríndia e depois chegaram os comerciantes, que vem criando muitas perturbações, com todas as atividades dos garimpos. Vila Brasil é o ponto de partida de toda a atividade garimpeira. É ali que os jovens de Camopi conseguem as drogas, maconha e crack. Não sei se a lei brasileira permite que se venda bebidas alcoólicas para índios e para menores. No Camopi existe uma área pública para o lixo e as famílias depositam seus lixos lá, enquanto na Vila Brasil, a gente vê que o lixo é jogado no rio. Para proteger o meio ambiente, o esforço precisa ser feito dos dois lados. PARCERIAS: a Guiana é um departamento da França, então nós seguimos a estrutura política e social que é a mesma na França. Carla: A questão das legislações indígenas e ambientais dessas três regiões (Guiana, Brasil e Suriname) deveriam ser tratadas em conjunto. Perguntas feitas pelo cacique do Camopi: (1) pode existir aldeia indígena no lado brasileiro do rio Oiapoque, no Parque Tumucumaque? (2) tem uma lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para indígenas e crianças indígenas? Resposta Christoph: a lei não permite a presença de comunidades e roças nas áreas do Parque Montanhas do Tumucumaque. Posição da Gestão do Parque: a lei não permite nenhuma ocupação ou utilização dos recursos dessas áreas protegidas. Entretanto, a situação do Tumucumaque tem uma situação diferenciada pelo caráter fronteiro que ele tem. Isso significa que temos que compatibilizar duas esferas de interesses, a ambientalista, mas também a da soberania nacional, que é das forças armadas. São duas esferas de interesses completamente opostas. A política ambientalista, pela gestão do Parque, segundo a qual uma comunidade é contraditória com seus objetivos, e de outro lado, os objetivos das forças armadas, que defendem a ocupação das fronteiras. Um dos elementos estratégicos para zelar pela soberania é promover a colonização na fronteira. No Parque, nós temos que buscar uma alternativa. Vila Brasil precisa ser integrada ao processo de gestão do Parque Nacional. Isso pode acontecer pela transformação de Vila Brasil num centro de atração de visitantes e numa área de manejo especial. Visitação é um dos objetivos de um parque nacional e nós precisamos fazer isso. Temos um entendimento que a atividade comercial, como é exercida, tem um impacto muito baixo no meio ambiente. O impacto social e os garimpeiros são coisas completamente diferentes. Uma coisa que precisa ser admitida é que as problemáticas criadas na região, o impacto social dessa ocupação e o garimpo, devem-se à baixa presença do poder público na região. O Parna foi criado há 6 anos e até então, aquela região era uma terra sem lei. Com o Parque, o poder público teve que se voltar para a região para começar a pensar aquela situação, e pensar parcerias para contorná-la. Com relação aos objetivos de manejo, não vemos dificuldade em inserir Vila Brasil no processo do turismo. Quanto à Ilha Bela, totalmente voltada à questão do garimpo, temos convicção de que precisa ser eliminada. Se conseguirmos controlar a atividade garimpeira, aí podemos falar do controle da ordem social. Combate ao tráfico de drogas e de armas, prostituição e venda de bebidas. O Parque Nacional é apenas uma pequena parte dessa grande conjuntura. Isso é um processo de médio a longo prazo. Estamos em um momento de reversão, pois conseguimos aglutinar diferentes órgãos públicos (ausentes até agora). Isso também tem que ser pensado em articulação internacional e já se está pensando isso, em tratados de cooperação etc. Dominique e Frederico: A venda de bebida alcoólica para índio é proibida. Mas a questão é saber se os índios querem ou não... Kumare: Esse é um grande problema do Camopi e nós do Amapari estamos querendo ajudar também.

(2) Apresentação “Desafios Socioambientais na Região do Planalto das Guianas”, por Décio Yokota (Iepé)

Tendências Contraditórias

O futuro da região converge para duas tendências contraditórias:

- de um lado, medidas para conservação de Áreas Protegidas, justificadas pela rica biodiversidade regional e pela baixa densidade da ocupação; essas medidas ainda encontram dificuldades de apoio da população local, que prefere apoiar iniciativas de desenvolvimento da atividade mineral e agroindústria.
- De outro lado, consolidação da “vocação mineral” da região, efetivamente rica em minério. Os defensores deste cenário têm se consolidado ultimamente com a justificativa que não se pode perpetuar a pobreza da popula o local “bloqueando as riquezas que existem debaixo da floresta”.

Consolida o das áreas Protegidas

O Planalto das Guianas cont m mais de 25% das florestas tropicais úmidas do mundo e também abriga as últimas grandes reservas de água doce não-contaminadas dos trópicos americanos. Pesquisas recentes atestam se tratar de uma das regiões do mundo com mega biodiversidade. Estima-se que 80 a 90% dos ecossistemas dessa região ainda encontram-se preservados. Tal configura o fez com que diversos organismos internacionais considerassem essa região de prioridade global para conserva o.

Esse conjunto de fatores, aliados   baixa penetra o humana na região e   ausência de titula o das terras, fez dela um ótimo alvo para cria o de Unidades de Conserva o (UCs) pelo governo brasileiro, seja por reconhecer a importância dessa região em particular, seja como compensa o política pela explora o de outras áreas da Amazônia.

Essa região hoje apresenta um dos mais altos percentuais de áreas protegidas de todo o Brasil, seja por UCs ou por Terras Indígenas (TIs). Só no Amapá, cerca de 70% de todo território do Estado se encontra sob esses dois tipos de prote o. A calha norte do Estado do Pará também apresenta alto percentual. Do outro lado da fronteira, o recém criado Parque Amazônico da Guiana Francesa abarca 39,19% de todo o país.

O conjunto dessas áreas protegidas representa não só a maior área protegida contínua da Amazônia, mas de todo o mundo. Uma  rea quase seis vezes o tamanho da Guiana Francesa.

Brasil e Guiana Francesa

No atual cenário está claro que as iniciativas de conserva o tomadas pelos governos no Brasil e na Guiana Francesa ainda não lograram o indispensável apoio por parte das popula es locais, incluindo uma boa parcela da popula o indígena. Situa o preocupante se considerarmos a diminuta organiza o da sociedade civil e a fragmenta o das vozes indígenas.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, decretado em 2002 e o Parque Amazônico da Guiana, decretado em 2007 somam juntos 7,3 milhões de hectares, o equivalente a quase metade do tamanho do Suriname.

Apesar do tamanho comparável, essas duas UCs seguem modelos diferentes. Os parques nacionais no Brasil fazem parte de uma categoria de UCs chamadas de prote o integral, que



Décio Yokota

permitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais, em atividades como o ecoturismo e não pode ser habitados. Já o Parque Amazônico da Guiana é formado por um “mosaico” de áreas protegidas:

- O coração do parque, áreas que se assemelham à categoria de proteção integral do sistema brasileiro;
- Zonas de livre-adesão, ocupados por comunidades indígenas e não-indígenas onde são permitidas atividades econômicas;
- E zonas de direito de uso coletivo, que permeiam as duas primeiras (ver item 3.2.2)

Além da extensão, chamam a atenção os métodos diametralmente opostos de criação dessas UCs – o primeiro decretado sem consulta prévia à população e o segundo em discussão há mais de dez anos. Em ambos os casos, a desconfiança ou mesmo oposição radical das comunidades diretamente envolvidas e vizinhas dos Parques à consolidação dessas áreas de conservação pode ser atribuída à fragilidade e reduzido corpo técnico responsável pelas unidades, que não consegue realizar a difusão de informações e os debates indispensáveis para tomada de decisões da população vizinha ou incidente nos parques.

Na realidade, o impacto direto sobre “populações” dos Parques é absolutamente reduzido:

- no caso do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, irrisória: presença e circulação intermitente de garimpeiros, circulação intermitente de índios Wajãpi da Guiana Francesa e/ou Brasil nas franjas limítrofes, presença não confirmada de um grupo Wajãpi isolado – e nada mais;
- no caso do Parque Amazônico Guiana, uma população recenseada de 4.500 pessoas, em sua quase totalidade formada por aldeias indígenas e aldeias bushneegers, fora vilas administrativas e, claro, ocupantes intermitentes que são os garimpeiros e trabalhadores de pequenas mineradoras.

Essa população incidente ou vizinha dos parques acaba, portanto, apoiando o coro explícito de políticos locais que se declaram contrários ao “bloqueio” de recursos supostamente decisivos para o desenvolvimento regional.

Suriname

As iniciativas do governo do Suriname nas últimas décadas estão mais voltadas à exploração e venda de seus recursos naturais do que à conservação. Em 1988 foi criada a Central Suriname Nature Reserve, com parte de área ocupada pelos Maroons, sem consulta prévia ou compensação. A criação dessa unidade de conservação, com apoio da Conservation International, foi bastante alardeada internacionalmente, mas não impediu que o governo continuasse loteando grandes áreas do interior a empresas estrangeiras de exploração madeireira e licenciando cada vez mais minas e garimpos.

A Sipaliwini Nature Reserve que faz fronteira com o Brasil, foi criada por ser a única área de cerrado do país, apenas um pequeno pedaço da grande área de cerrado dentro da TI Parque do Tumucumaque. Como tantas também no Brasil, é uma reserva que existe mais no papel do que em realidade.

Os direitos territoriais indígenas

Brasil

No Brasil a Constituição Federal de 1988 reafirma aos povos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Por se tratar de direitos originários, eles, pelo menos em teoria, não dependem da terra ser demarcada ou de qualquer reconhecimento formal por parte do governo.

Uma vez demarcadas e homologadas, as terras passam a ser de propriedade do Estado brasileiro e os povos que nelas residem passam a ter posse permanente sobre elas e usufruto exclusivo das riquezas naturais e utilidades existentes. No Brasil existem atualmente 626 terras indígenas, distribuídas entre 227 povos.

No Amapá e norte do Pará, por exemplo, praticamente todas as terras reivindicadas pelos índios estão com seu processo de reconhecimento completo (identificação, demarcação, homologação e registro no SPU), com exceção da TI Zo'ê. No seu conjunto, totalizam uma superfície de 6.056.988 ha ou 60.569 km² (total que não inclui as terras ocupadas pelos grupos Waiwai, que incidem em sua maior parte no estado do Amazonas).

Guiana Francesa e Suriname

Na Guiana Francesa e Suriname, onde os governos não reconhecem aos índios um “status” diferenciado - categoria que inclui, nesses países, tanto os ameríndios como os grupos afro-descendentes (*bushneegers* ou *maroons*) - não há, logicamente legislação que permita a alocação de terras de uso exclusivo para essas comunidades. Em ambos os países, as organizações indígenas estão mobilizadas – com maior experiência por parte dos ameríndios da Guiana Francesa – para reivindicar esse direito em relação aos seus territórios “ancestrais”.

No Suriname, a estratégia utilizada na luta pelo reconhecimento dos direitos à terra tem sido recorrer aos tribunais internacionais, já que a Constituição do Suriname contém um dispositivo para que o país siga as leis internacionais. As decisões em favor dos povos tradicionais nessas instâncias são utilizadas para pressionar o governo nacional a mudanças na constituição em torno do reconhecimento de seus direitos.

Na Guiana Francesa houve um pequeno – mas contraditório – avanço, no momento da criação do Parque Amazônico da Guiana em 2007, com a criação de “áreas de livre adesão”, reservadas à ocupação desses grupos indígenas e *bushneegers*. No entanto, essas áreas são também abertas às atividades econômicas, desde turismo até exploração mineral. Não se sabe, portanto, como será viabilizado às comunidades o objetivo declarado do Parque de “manter e valorizar suas culturas”. A instalação do Parque rompe com a única medida preventiva voltada a esse objetivo: a regulamentação de acesso às áreas ocupadas por populações tradicionais (ao sul da linha Waki-Camopi), em vigor desde os anos 70. A transformação dos chamados “espaços de vida” dessas comunidades em zonas de “acesso livre” mobiliza atualmente tanto os líderes do movimento indígena local, como os cientistas sociais que fazem parte do comitê científico do Parque. O quadro é preocupante, não só pela ameaça da abertura da zona ao turismo como pelo agravamento das invasões de garimpeiros nos rios fronteiros (Litani/Maroni, a oeste, Oiapoque, ao sul) da Guiana (ver item 4.1.1).

Legislação

Sem uma melhora considerável da legislação destes países e medidas eficientes a nível regional, não será possível solucionar os grandes desafios que a crescente integração entre os países da Amazônia representa para o meio ambiente e os direitos humanos. A possibilidade de gestão integrada dos corredores nas áreas geográficas prioritárias também depende de um plano de ação interestatal eficaz para a gestão dos recursos naturais. Por isso, é decisivo apoiar atores e medidas que trabalhem para que este plano seja mais sustentável e baseado nos direitos dos povos. As autoridades centrais na Amazônia estão cada vez mais conscientes dos desafios a serem enfrentados, prova disto, a criação em 2002 da organização OTCA com sede em Brasília, representando o fortalecimento do pacto da Amazônia (TCA) criado em 1978. Uma das metas principais da OTCA é assegurar a gestão sustentável dos recursos na região. Todos os países da região participam deste acordo, que parece ainda não ter avançado como esperado devido tanto às forças contrárias em todos os países, quanto ao fato de que as medidas necessárias ainda não foram desenvolvidas. Dentro do plano de ações, há planos também de se estabelecer cooperação com a sociedade civil dentro dos parâmetros da OTCA.

Atividades de mineração

É importante frisar a diferença entre a mineração de pequena escala (**garimpo**), muitas vezes ilegal, realizada por indivíduos, financiada por pequenos ou grandes comerciantes e presente em boa parte da Amazônia, mesmo nos lugares mais inóspitos e de difícil acesso, da **mineração industrial**, realizada por empresas multinacionais, em grande escala em locais pontuais formando verdadeiras cidades estruturadas.

O garimpo está restrito à exploração de ouro, alguns outros metais de grande valor e pedras preciosas e semi-preciosas. Na maioria das vezes o garimpo não tem autorização legal para funcionamento, seja porque está localizado em uma área onde não é permitido ou por não haver fiscalização. Isso cria um ambiente onde nem as leis mais básicas são cumpridas. Os garimpos muitas vezes convivem com trabalho escravo, crimes, tráfico de drogas e prostituição, sem falar na falta de cumprimento das leis ambientais.

A mineração industrial dispõe de maiores recursos, tecnológicos, financeiros e humanos. Suas atividades necessitam de uma infra-estrutura de transportes (estradas, ferrovias, portos) para permitir a exploração de grandes áreas ou de minérios de menor valor, como o minério de ferro. Por se tratar de atividade que demanda grande investimento, é realizada por grandes empresas, o que se por um lado permite um maior controle da adequação às leis ambientais por parte da sociedade, por outro lado tais empresas costumam gozar de grande influência política junto aos órgãos do governo.

Garimpo

Sem dúvida, o maior impacto da atividade garimpeira é o uso do mercúrio para separar o ouro durante o processo de lavagem da terra. Enquanto grande parte da destruição ambiental causada pelo garimpo, como destruição das florestas e assoreamento dos cursos d'água fica restrito à região, a poluição por mercúrio tem proporções planetárias.

A poluição pelo mercúrio tanto se dá pela perda durante a lavagem como pela evaporação durante a queima do amálgama para separação do ouro puro. Os dois tipos são extremamente danosos, pois eventualmente acabam dentro dos seres humanos. Seja diretamente pelo contato com a pele ou inalação ou por comer animais que tenham ingerido mercúrio. O mercúrio tem um efeito cumulativo, uma vez ingerido ele vai se depositando no corpo de todos os animais (insetos, peixes, seres humanos, etc). Os seres humanos e outros animais que se alimentam de outros animais são os mais afetados porque ao longo do tempo esse mercúrio vai se acumulando dentro de seus corpos. A intoxicação pode levar desde um mal estar até a morte em 1 ou 2 dias.

Os garimpos estão espalhados por toda região, dentro dos 3 países. Aliás, essa atividade é “patrimônio histórico” da região, como alegam seus defensores, uma vez que teve início no século XIX, com a atividade de afro-descendentes em vários pontos da Guiana Francesa e Amapá. Nas décadas de 70 e 80, a atividade foi intensa no Amapá, onde a tendência é de concentração em grandes garimpos substituindo o trabalho independente por iniciativas empresariais. Na Guiana Francesa e Suriname, ao contrário, o garimpo cresce, com participação intensa de brasileiros.

O Suriname se destaca pela atividade mais predatória e desordenada. O governo, se valendo dos amplos poderes conferidos pela Constituição sobre os recursos naturais do país, está ativamente envolvido em ceder grandes áreas, muitas vezes ocupadas por comunidades indígenas ou tradicionais, para concessões minerárias. Esses contratos são estabelecidos tanto por empresas multinacionais como por um grande contingente de garimpeiros brasileiros que entram no país de forma legal e ilegal.

Na Guiana Francesa, tentativas recentes de conter garimpos ilegais têm sido tomadas, mas sem solução definitiva. A concepção do novo Parque Amazônico das Guianas ainda permite que a exploração mineral ocorra dentro das zonas demarcadas como de livre-adesão.

Existem 4 focos de concentração de garimpos na região:

- Na região do Amapari, o garimpo ilegal gerou graves conflitos com os Wajãpi nas décadas de 70 e 80 e seu refluxo nos anos 90 não eliminou por completo a atividade nessa bacia. Os garimpeiros que invadem a TI Wajãpi foram expulsos pelos índios, mas persistem com

atividade intermitente em faixas próximas da rodovia Perimetral Norte e agora dentro da faixa sul e noroeste do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), onde o IBAMA se esforça para controlar a abertura de novas pistas.

- Existem áreas de garimpo no entorno da TI Paru d'Este, que inclusive já se instalaram dentro da própria TI, como o famoso garimpo Santa Clara, que recentemente mudou para fora da TI ou foi abandonado. Outros garimpos na região continuam a existir.
- Na região de Calçoene, o garimpo São Lourenço contava com 1.500 garimpeiros quando a Mineração Novo Astro os expulsou em 1982. As atividades da empresa foram encerradas em 1995, quando a extração deixou de ser lucrativa. Os direitos minerários (e a degradação ambiental) foram transferidos para a recém criada Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço. Hoje o garimpo funciona de forma extremamente precária, com mortes frequentes devido à falta de segurança e num quadro de degradação não só ambiental como social.
- No alto rio Oiapoque, margem da Guiana Francesa, onde vivem índios Wajãpi e Emerillon-Teko, conflitos continuam se acirrando em função do crescimento do garimpo do Sikini e da base de apoio situada em Ilha Bela, dentro do PNMT, que cresce vertiginosamente. Estima-se a presença de 5.000 garimpeiros brasileiros clandestinos no Sikini e se verificou em 2005 a reabertura de garimpos em igarapés da margem oposta, dentro da faixa norte do PNMT.

Mineração Industrial no Brasil

A história das grandes mineradoras na região iniciou na década de 1950, com a concessão da ICOMI para explorar as reservas de manganês na Serra do Navio. A exploração se estendeu até 1998 com a exaustão das minas e o repentino desativamento do projeto. O projeto foi responsável por um imenso fluxo populacional atraído pela enorme escala do empreendimento que, no entanto, empregava pouca mão-de-obra, resultando em forte aumento demográfico nas cidades e empobrecimento do Amapá.

O fim do projeto deixou um legado de decadência social nas cidades criadas em torno da atividade da ICOMI e também – se descobriu mais recentemente – um alto grau de contaminação por arsênio da população próxima ao Porto de Santana, local onde o minério era processado antes de ser embarcado. Em 50 anos de exploração, estima-se que a ICOMI faturou entre US\$ 7 e 10 bilhões. A ICOMI tinha por obrigação contratual investir 20% do lucro líquido em benefícios dos amapaenses. Investimento que nunca foi realizado.

No rastro da exploração mineral da ICOMI, surgem novas empresas utilizando o legado de infra-estrutura e pesquisas exploratórias deixados por ela. Dois empreendimentos se destacam: a empresa MMX mineração e metálicos S.A. e a empresa Mineração Pedra Branca do Amapari - MPBA, ambas iniciadas pelo mesmo grupo econômico. A MMX hoje pertence à Anglo American, 2ª maior empresa de mineração do mundo, e a MPBA pertence à New Gold do Canadá.

A mina da MPBA para extração de ouro, é a terceira maior do Brasil. A concessão do projeto se estende por 120 km cobrindo uma área de 245 mil hectares ainda a serem prospectados. O ouro é separado por um método de lixiviação, que consiste em transportar o minério oxidado a uma área revestida de argila impermeável e plástico. O minério é irrigado com uma solução de cianeto que é recuperada e de onde se extrai o ouro. Um controle rigoroso é necessário em todo esse processo para que o cianeto – extremamente tóxico – não escape e contamine o meio ambiente, e se repita uma intoxicação crônica da população, como a que aconteceu por arsênio com a população do entorno do Porto de Santana, ao lado dos depósitos de manganês da ICOMI.

Dada a proximidade em que a TI Wajãpi se encontra das áreas de mineração da MMX e da MPBA, os Wajãpi tem acompanhado de perto o recente processo de instalação das novas mineradoras.

Mineração em Terras Indígenas, no lado brasileiro

Na região do Planalto das Guianas, os interesses nos ricos veios minerais que percorrem o subsolo da região sempre se fizeram presentes durante o processo de criação das TIs e UCs, numa árdua luta para tentar diminuir a área de abrangência dessas unidades antes da sua decretação.

O último levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2005, mostra que existem 488 requerimentos minerários e 15 títulos minerários dentro das TIs da região. Existe uma expectativa para que esses interesses sejam indeferidos e os títulos minerários sejam revogados pela nova legislação, mas a proposta final só será conhecida quando o trabalho da comissão especial formada em Dezembro de 2007 dentro do Congresso Nacional, finalizar seus trabalhos.

Mais impressionante do que a quantidade de processos existentes é a extensão abrangida, num total de 3.277.615 hectares, ou 54% da área total de todas as TIs da região.

Grandes Obras de Infra-estrutura

A Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) acordada em Agosto de 2000 é resultado da eleição de um número expressivo de presidentes, alinhados com a proposta de fortalecimento da comunidade sul-americana. Ela é constituída de uma série de projetos de infra-estrutura (transporte, energia e telecomunicações) com o objetivo de integrar fisicamente o continente.

Na região em foco, integram os projetos da IIRSA a ligação rodoviária entre o Brasil e a Guiana Francesa por meio da melhoria e pavimentação da BR-156 (Macapá - Oiapoque) e da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, interligando o Amapá à Guiana Francesa.

Em 2006, o governo brasileiro anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o período de 2007 a 2010. O PAC delinea entre outros, os investimentos em infra-estrutura do país previstos na IIRSA dentro desse período. Recursos para a pavimentação dos trechos que faltam da BR-156, inclusive o trecho que corta a TI Uaçá na região do Oiapoque, fazem parte deste programa.

O acordo para a construção da ponte do Oiapoque foi assinado pelos presidentes Lula e Chirac em julho de 2005, em Paris, e reiterado no encontro entre Lula e Sarkozy às margens do rio Oiapoque em Fevereiro deste ano.

A consolidação desse elo de ligação entre a Guiana Francesa e o Brasil passará a permitir o fluxo de mercadorias através dessa rota por onde hoje fluem pessoas de maneira bastante precária. A perspectiva é que a Guiana Francesa passe a usar o porto de Santana, que apesar da infra-estrutura reduzida, tem capacidade para receber navios de capacidade muito maior, e não sofre dos problemas de assoreamento a que estão sujeitos os portos localizados na costa atlântica dessa região.

A TI Uaçá, na região do Oiapoque, terá de lidar com os impactos do asfaltamento dessa rodovia, bem como do maior fluxo de pessoas e mercadorias e ainda da instalação de uma linha de transmissão de energia, por parte da Eletronorte, que será paralela à rodovia, também ligando Macapá a Oiapoque.

Exploração Madeireira

Ao contrário dos garimpos, a exploração madeireira na região é limitada pela ausência de corredores de escoamento da madeira para as cidades. Os rios do Planalto das Guianas, no seu curso para o litoral ou a calha do rio Amazonas apresentam cachoeiras e corredeiras que impedem o transporte de toras.

As estradas são o único meio de transporte viável na região. No Brasil, é exatamente na área de influência da BR-210, a Perimetral Norte, trecho que vai de Macapá à Terra Indígena Wajãpi, onde se concentram as madeireiras mais ativas da região. Assim como acontece em pólos na Amazônia, a extração madeireira é em sua maior parte ilegal, e sustentada pela abertura de áreas dentro e no entorno dos assentamentos promovidos pelo governo. A Secretária de Meio-Ambiente do Amapá (SEMA-AP), responsável pelo licenciamento das serrarias da região, tem mantido um rígido controle sobre os negócios ilegais da região.

Os interesses madeireiros agora se voltam para a Floresta Estadual (Flota) do Amapá, decretada em 2006, com 2,4 milhões de hectares localizados na área de influência da Perimetral Norte e também da BR-156 que se encontra em processo de asfaltamento e liga Macapá a Oiapoque (ver item anterior). A Flota do Amapá encontra-se em processo de aprovação do seu primeiro Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), que permitirá as primeiras licitações para exploração da sua madeira sejam feitas.

Dos mais de 28 milhões de hectares de áreas protegidas nessa região, somente no lado brasileiro, mais de dois terços são Flotas. E como a Flota do Amapá, estão todas localizadas no entorno de TIs e em regiões de mais fácil acesso (fluvial ou por estradas).

Com uma porcentagem tão grande da região protegido por Flotas, grandes dúvidas pairam sobre o grau de proteção que essas áreas efetivamente irão significar para a região.

O modelo de concessão florestal de áreas públicas que o Brasil passa a adotar a partir desse ano parece perfeitamente justificável em áreas submetidas à forte pressão antrópica, em frentes de expansão madeireira ilegal ou agropecuária. As Florestas Nacionais ou Estaduais funcionariam como um instrumento pragmático de contenção da exploração predatória de madeira, da grilagem e do desmatamento. Mas esse não é o caso dessas áreas no Amapá e Norte do Pará. É uma grande oportunidade que se abre para que empresas privadas possam explorar os bens públicos contando ainda com incentivos do Estado e sob um manto de “desenvolvimento sustentável”.

Soma-se a isso, o claro uso político que os governos estaduais do Pará e do Amapá vêm fazendo da decretação de Florestas Estaduais em áreas vizinhas a grandes projetos econômicos, claramente favorecendo a exploração econômica e não à conservação.

Estrutura deficitária dos poderes municipais

A precariedade da infra-estrutura é uma das principais características dos municípios amapaenses e se faz sentir tanto nas áreas de saneamento básico, como nas áreas de educação e saúde. A essa precariedade soma-se a fragilidade institucional dos municípios para realizar a gestão eficaz dos recursos disponíveis e, de outro, para planejar a própria ação governamental nos limites do seu território.

EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E DE PLANEJAMENTO EM ALGUNS MUNICÍPIOS AO LONGO DA BR-156				
MUNICÍPIO	GESTÃO		PLANEJAMENTO	
	Plano Diretor	Lei de Zoneamento	Lei Orgânica	Plano Estratégico
Amapá	Não	Não	Sim	Não
Calçoene	Não	Não	Sim	Não
Ferreira Gomes	Não	Não	Sim	Não
Macapá	Não	Sim	Sim	Sim
Oiapoque	Não	Não	Sim	Não
Porto Grande	Não	Não	Sim	Não
Tartarugalzinho	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001.

A existência da Lei Orgânica em todos municípios se deve ao fato da mesma ser uma exigência necessária ao próprio reconhecimento legal desse ente federativo. Todavia, a ausência de planos estratégicos municipais evidencia, entre outras questões, a falta de perspectiva dos gestores públicos para um horizonte temporal além do mandato eletivo, agravado pelo fato de que em alguns casos, como também revelam dos dados do IBGE, as administrações são assumidas sem sequer um plano de governo consolidado. Tal precariedade, além de tudo, dá margem a reivindicações fragmentadas do ponto de vista, seja da população local, seja das prefeituras e das secretarias locais. Não há nenhum monitoramento ou planejamento sistemáticos dos problemas municipais.

COMENTÁRIOS: Fabienne Mathurin-Brouard (Prefeita de Saint Georges). Antes de qualquer construção do lado da GF tem uma investigação arqueológica. Hoje querem que as mesmas investigações arqueológicas sejam feitas no Oiapoque. Lá encontraram urnas a 6 metros de fundo. E também outros sítios de antigas aldeias em entornos do Oiapoque. Todos os vestígios encontrados serão estudados e levados para um Museu daqui a 10 anos, no caso do lado francês. Já encontraram perto de Belém o mesmo tipo de cemitério encontrado em Saint Georges.

(3) Apresentação “L’homme dans son environnement passé et présent: pour l’élaboration du schéma d’orientation minière”, por Pierre Grenand (IRD, Guiana Francesa)

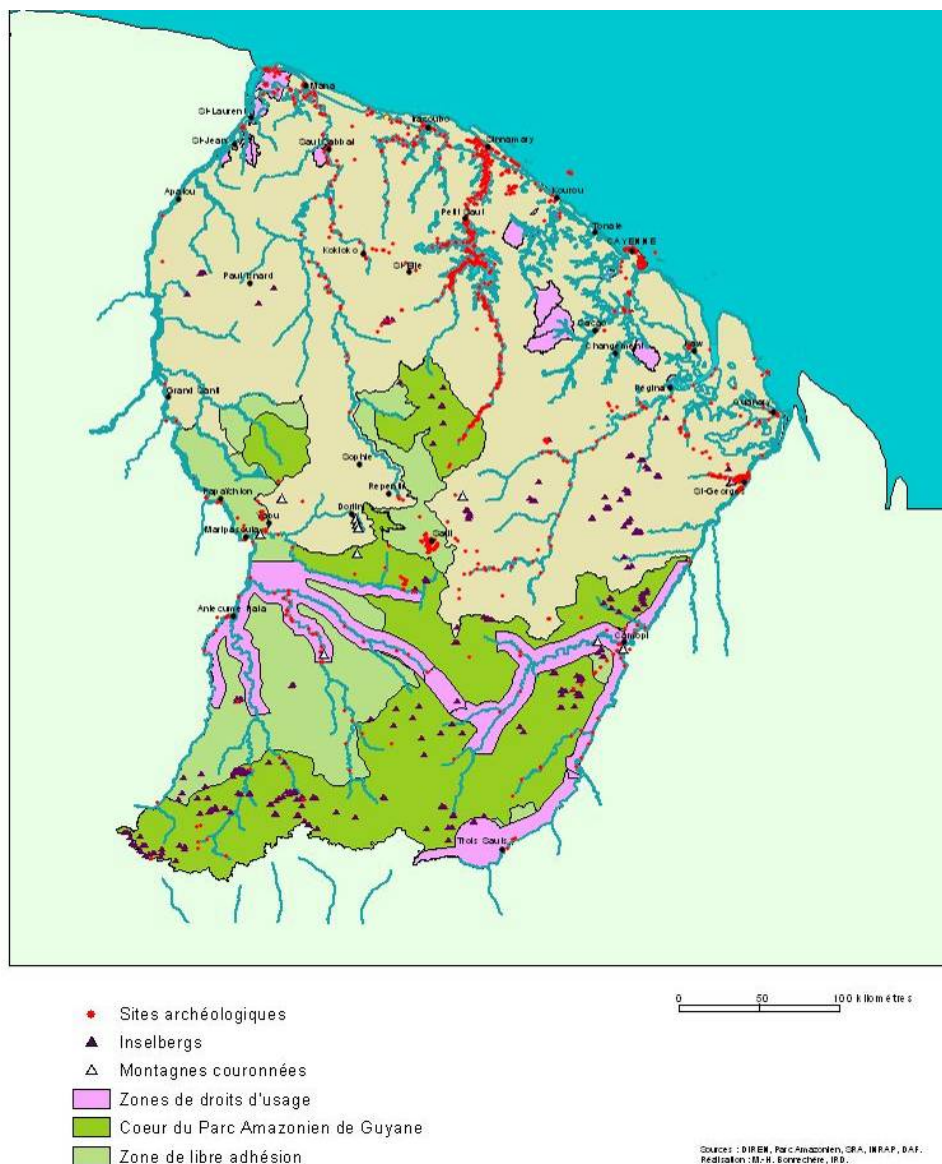
Há vestígios de população humana na região há mais de 7000 anos. Com novos estudos arqueológicos na região, esse número vai continuar recuando. Os estudos mostram que quase toda a região já foi ocupada, portanto essa história de mata virgem é falsa. Cada 2 km² tem vestígios de pelo menos uma ocupação humana. Encontra-se lugares com pinturas, pedra gravadas, cemitérios, locais de antigas aldeias. Não tem só lugares de população indígenas, mas também locais sagrados dos quilombolas como no alto Maroni. Locais de antigas missões, como no Camopi.

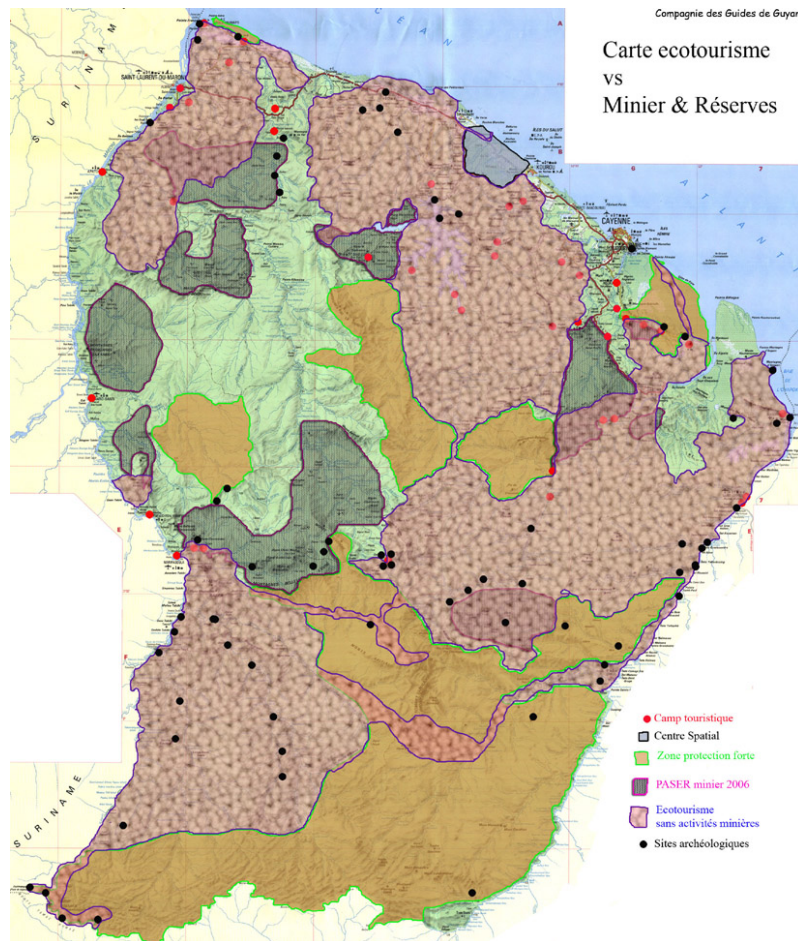


Não somente as florestas, mas também todos esses locais têm que ser protegidos porque eles contêm a história dos povos indígenas da região.

Sobre o reconhecimento do direito à terra pelo governo francês: as zonas de direito de uso (de usufruto) – Pesca, caça e coleta.

Existem zonas de direito de uso dentro do parque amazônico. Essas zonas também existem para outros povos da GF. Pede-se a criação de novas zonas, bem como a ampliação das que já existem. Pede-se também a interdição do uso do subsolo (garimpo nas zonas de uso), com apoio dos povos indígenas. Hoje esse povos são em torno de 3500 no interior e esta população continua crescendo.





Questão da luta contra o garimpo: representantes dos mineradores dizem que os povos indígenas não estão mais usando a mata. O lobby é muito grande. O governo Francês e as assembleias estão se conscientizando cada vez mais dos direitos dos povos indígenas. Até os 70/80 não tinham problemas de integração entre os povos da região, com a chegada do outro, isso mudou.

Questão do turismo: há um grande grupo favorável ao turismo (ecoturismo) responsável, porque nessas regiões não podem ter garimpos.

Conclusão: toda a atividade mineradora deve ser proibida.

(4) Apresentação sobre os desafios socioambientais no Suriname, por Carla Madsian (VIDS, Suriname)

Aqui se falou da proteção dos parques e da destruição pela mineração. No Suriname, tanto os parques como a mineração são uma violação dos direitos indígenas. Os parques são instalados sem o consentimento dos povos indígenas. Mas foram eles que preservaram a floresta até hoje. O que se demanda é o reconhecimento dos direitos indígenas. Recentemente a UNESCO aprovou a declaração dos direitos indígenas e é por aí que nós trabalhamos. Um direito importante é o consentimento dos povos indígenas. E parte disso é o reconhecimento à terra. A proteção do meio ambiente não deve ser a prioridade, a prioridade deve ser a defesa dos direitos indígenas. Porque é isso que vai levar à conservação. Além disso, o Suriname tem territórios em disputa nas suas duas fronteiras, a leste e oeste. Isso deveria ser indicado nos mapas, pois essas áreas envolvem povos indígenas que não opinam sobre essas decisões que estão sendo tomadas muitas vezes até na Europa.

(5) Roda de depoimentos

- Estela Oliveira (Administradora Funai Oiapoque): Gostaríamos saber se alguém pode nos esclarecer se a ponte já tem EIA-RIMA feito. A FUNAI Oiapoque já questionou, mas ainda não recebeu resposta. Questão da mineração em TIs: essa é uma questão muito complexa porque sabemos que muitos índios querem mineração. Precisamos garantir que essas questões sejam discutidas antes das decisões serem tomadas. Temos que garantir que nossos direitos sejam respeitados. Não estamos sendo ouvidos na questão da ponte, já estamos sofrendo impactos. Sabemos extra-oficialmente que o estudo já foi feito, mas os povos indígenas não foram ouvidos.

- Jaime Siqueira (Funai BSB, CGPIMA): A FUNAI consultou o IBAMA, e eles disseram extra-oficialmente que a ponte não impacta os índios do Oiapoque e por isso eles não foram consultados. A FUNAI sequer sabe se o estudo foi mesmo feito. A FUNAI vai se posicionar oficialmente sobre isso, porque acha que não é o IBAMA que deve decidir se a obra impacta ou não os povos indígenas. O PAC tem mais de 60 obras que impactam direta ou indiretamente os povos indígenas. Isso não é exclusivo do governo Lula, o governo anterior também teve os mesmos problemas.



Jaime Siqueira

- Dominique Gallois (NHII): Queria aproveitar o assunto do consentimento. O consentimento deve ser objeto de uma outra reunião, porque é um assunto muito complexo. O Brasil assinou a OIT, a França não assinou a convenção da OIT. O Suriname assinou? (Carla responde: sim). O jeito de consultar em cada país é todo diferente, não é tão simples como dizer que aqui consulta e aqui não. As empresas vão contratar antropólogos para perguntar para os povos indígenas se pode ou não minerar. A Associação Brasileira de Antropologia está se preparando para garantir que os antropólogos da nossa associação não vão assessorar as mineradoras. Então não se pode dizer que no Brasil a OIT é respeitada e na GF não. É uma questão muito complexa.
- Jaime Siqueira (Funai BSB, CGPIMA): gostaria de dar 2 exemplos. (1) Quando uma barragem é construída e inunda parte da TI, a lei diz que os índios têm que ser escutados, por que quem decide é o Congresso Brasileiro. Isso ainda não aconteceu, mas vai acontecer como no caso de Belo Monte ou Marabá. Mas não existe procedimento definido. E as companhias energéticas querem garantir que isso não vá acontecer. (2) Na questão da mineração, os dois projetos de mineração prevêem uma **oitiva**. Se os índios têm direito de veto, e o Congresso vai ser envolvido. Também não existe procedimento para isso.
- Aikyry Wajãpi (professor): Temos que fortalecer o movimento indígena. Temos que cobrar que dessa reunião saia uma documento, porque só falar não vai adiantar. Antes para os índios valia a conversa, mas se daqui não sair uma ata não vai adiantar. Os parentes do Camopi me perguntaram sobre não-índios que moram dentro do parque. Isso causa muitos problemas, inclusive roubos. Gostaria de saber como nós podemos ajudá-los a resolver esses problemas.
- Aretna Tiriyó (Cacique da Pedra da Onça): Sobre a ponte da Oiapoque: Muitos brancos pensam só por eles, mas têm que entender como os índios querem viver, se isso será bom para eles.

Vocês estão estudando nós aqui, antes de vocês chegarem aqui, toda a floresta estava em pé. Quando vocês chegaram muita floresta foi destruída, vocês precisam nos ouvir mais. Sobre as hidrelétricas, sabemos que vocês precisam disso, mas nós também precisamos ser ouvidos. Sobre mineração: eu sei que dinheiro é importante para branco. É como roça para índio. Nós entendemos isso, mas também queremos viver do nosso jeito. Vimos aqui que tem ouro do Tumucumaque, quando voltar para casa vou falar com meu filho, para tomar cuidado quando branco vier, para que eles não nos enganem. Vários brancos vieram de fora e enganaram os índios, isso não pode acontecer mais. Nós estamos aqui na Fortaleza, índios foram tratados bem aqui? Quem aqui está representando o governo deve passar para o presidente que não queremos esse tipo de coisa aqui, precisamos manter a nossa terra. Estamos ouvindo sobre preservação do meio ambiente, também precisamos aprender isso aqui.

- Simone Vidal (representante CNPI): Como representante do estado na CNPI, me sinto na obrigação de defender meus parentes frente à questão da mineração em TIs. Eu acabei de ouvir do cacique que eles gostariam que alguém levasse um recado ao presidente Lula que não queremos mineração em TIs. Levamos uma carta dos representantes os povos indígenas que são contra mineração em TIs aqui na nossa região. Mas sabemos que em outras regiões existem povos que querem mineração, então precisamos garantir esse direito a eles, mesmo com dor no meu coração porque sei a destruição que isso vai trazer a eles. Vamos ter uma reunião dia 17 onde teremos uma oportunidade de levar essa carta às lideranças do congresso.
- René Monerville (Pref. Camopi): Eu gostaria de insistir que nós ameríndios que estamos dentro do Parque Pmazônico temos livre acesso a toda a região do Parque. Gostaríamos de entender se nossos parente do Brasil não tem o mesmo direito e se não nós podemos também atravessar esse parque.

- Christoph Jaster (Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque): Foi-me explicado por um representante do PPTAL, que existe uma lei que permite que indígenas entrem em UCs mesmo de proteção integral se for com o objetivo de visitar parentes. Mas é preciso frisar que seja somente nessa prerrogativa. Não existe como fazerem roças ou se estabelecerem dentro do Parque. Isso vale para os povos indígenas brasileiros, esse termo talvez também possa ser aplicado a cidadão franceses ou surinameses. Posso consultar se há algum impedimento quando a isso, mas não acredito que haja.



Christoph Jaster, Dagmar e René Monerville

- Monerville: Existem pessoas que migraram para a GF e agora gostariam de voltar ao Brasil para visitar seus parentes.
- Jaster: Como eu disse, acredito que sim, mas não tenho conhecimento específico sobre isso.
- Monerville: Gostaria de uma oportunidade de me reunir com o Christoph.
- Jaster: Respondendo ao Aikyry, na parte Sul do PN, o ICMBio tem uma parceria com os Wajãpi para proteção tanto do PN com da TI, aonde a equipe se mobiliza para ajudar na fiscalização. Isso tem funcionado muito bem. Quanto à situação no rio Oiaoque como eu disse é importante aumentar a presença dos órgão públicos na região. Essa ausência deve mudar com a instalação de

um pelotão avançado de selva permanente de 80 homens na Vila Brasil. Minha opinião pessoal é que isso vai trazer uma nova fase de desenvolvimento e ordem social no Oiapoque.

- Fabienne Mathurin-Brouard (Prefeita de Saint Georges): Minha atribuição é garantir a segurança da população de Saint-Georges. Várias ações têm sido feitas para destruir os garimpos. No mês de Outubro, apareceram 5 homens armados que aterrorizaram durante um tempo, inclusive com seqüestro. Muitas pessoas não querem mais investir porque não sabem como será a questão do garimpo. Em St. Georges como Oiapoque estamos preocupados com a segurança, porque sabemos que no garimpo existem pessoas que não hesitariam em matar. Como essas pessoas serão reinseridas nas cidades? E como as atividades comerciais ligadas ao garimpo serão substituídas? Gostaria de saber se pode ser definida nos projetos, a forma como esse garimpeiros serão realocados.
- Jaster: O nível do problema que existem hoje, composta com centenas de pessoas em Ilhabela e talvez 10 mil pessoa em Sikini. Se tentarmos eliminar esse garimpo de uma hora para outra iremos criar um problema para o estado do Amapá. Existem bandidos no meio deles, mas também existem famílias e isso aconteceu por causa da incapacidade do estado de lidar com essa situação. Então a estratégia tem que ser desativar os garimpos aos poucos e essas pessoas tem que ter uma alternativa de sobrevivência. Nesse momento está sendo promovido um sufocamento do suprimento de combustível a partir do Oiapoque. Minha opinião é que isso vai forçar as pessoas a sair por conta própria. A polícia francesa promovia ações da parte GF, mas essas pessoas se refugiavam no Brasil até eles saírem para voltarem de novo. Isso só vai funcionar com esse novo acordo, com os dois lados trabalhando ao mesmo tempo. Isso só vai acontecer a longo prazo, e espero que o turismo absolva parte dessa mão de obra. Inclusive na cidade do Oiapoque.
- Mathurin-Brouard: Temos que tomar cuidado com turismo sexual, como o que iniciou em St. George com abertura da estrada de Caiena.
- Dominique Gallois (NHII): Os garimpeiros começaram no Jarí, foram para o Amapari e hoje estão no rio Oiapoque. Uma parte deles vão se transferir para outras regiões. Existe uma política estadual para trazer pessoas de outras regiões. E esses políticos de beneficiam desse movimento (e dos garimpos). Esses representantes não estão nesse evento. Os representantes do governo do GF, podem se relacionar com esse.
- Christoph Jaster (Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque): Todos os políticos do AP foram contra a criação do PN. Ele ocupa 27% da superfície do estado. No Snuc, diz que os PNs servem à preservação, pesquisa, e visitação pública. Eu me apego a esse ultimo porque acho que é a oportunidade de mostrar à população do AP que um PN pode ser uma coisa positiva, pode trazer renda ao estado. Isso é muito importante. As visões sobre o que representa um PN são muito diferentes, e um evento como esse é muito importante para que possamos nivelar nosso entendimento.
- Carla Madsian (VIDS, Suriname): O Governo do Suriname deu autorização para uma pessoa para vender suprimentos de garimpo na região dos Wayana. Isso permitiu que os garimpeiros chegassem à GF e



Carla Madsian

atravessassem em locais aonde sabiam que não existe fiscalização. Isso trouxe inclusive conflito entre os Wayana dos outros lados. Um cacique Wayana do Suriname perguntou à VIDS como isso pode acontecer sem consentimento dos Wayana.

Terceiro dia de trabalho (12.12.2008)

O terceiro dia de trabalho iniciou-se com a divisão em grupos para discussões específicas e sistematização das informações discutidas. O objetivo era levantar os problemas comuns aos três países, nas três temáticas, bem como quais foram as alternativas para solucionar: (1) mineração, (2) gestão das terras e Descentralização; e (3) impactos de grandes obras de infra-estrutura.

Na discussão dos grupos de trabalho, a mineração em Terras Indígenas continua sendo uma questão muito complexa, pois existem grupos indígenas que não querem de forma nenhuma a mineração e outros que querem. É preciso realizar as discussões o quanto antes, os indígenas devem tomar uma posição esclarecida sobre o assunto, é necessário informar com clareza os impactos destrutivos e muitas vezes irreversíveis que podem ser causados por uma mineradora. Os indígenas deveriam conhecer, visitar minas existentes, conversar com a população do entorno e tentar adquirir o máximo de informação, para poder decidir o que desejam no futuro. Na temática das grandes obras também ocorrem casos como o da ponte Brasil Guiana Francesa onde os povos indígenas não foram consultados, pois a ponte, segundo o IBAMA não causaria impacto direto nas TI's. Há uma diferença de percepção muito grande no que sejam impactos dessas grandes obras, além de haverem inúmeros de ordem indireta que, em certos casos, são mais danosos do que os próprios impactos diretos.

Foi colocado que esses assuntos devem ser discutidos em assembléias e deve ser feito um movimento de conscientização das populações afetadas. O assédio das mineradoras será intenso e constante, sempre haverá novas tentativas, caso a lei seja aprovada.

Os resultados destes grupos de trabalho foram apresentados e discutidos em plenária, o registro resumido dos grupos segue abaixo.

(1) Terceiro trabalho em grupo: Levantamento de problemas comuns na região

- **Grupo Garimpo / Mineração** (apresentação: Sérgio Galibi-Marworno). **Problemas:** (1) Invasão da Terra que pode ser seguida de colonização; (2) Poluição dos rios (Água, Peixes, Solos) do lixo do garimpo, doenças relacionadas à poluição; (3) Caça ilegal (e comércio) ; (4) Criminalidade (Roubo e Agressão); (5) Alcoolismo e drogas; (6) Insegurança (ameaça de invasão); (7) Impactos na cidade; (8) Fuga para outros países; (9) Desmatamento; (10) Doenças do contato (malária, sarampo, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis); (11) Aliciamento individual; (12) Aliciamento coletivo. **Soluções:** (1) Vigilância: mecanismos de controle de entrada (Burocráticos, Físicos, Guaritas, Postos de controle, Aldeias) e Participação nos controle existentes



Grupo de trabalho

(exército); Mapeamento (junto com parque e exército); Acesso a imagens de satélite atualizadas; Alertas; Expedições (limpeza de caminhos, rios e limites); Abertura de aldeias em locais estratégicos. (2) Doenças: Formação de agentes indígenas de saúde, prevenção, vacinação, campanhas de conscientização. (3) Controle da comunidade: fortalecer os mecanismos da discussão coletiva, fortalecer a relação com os parques e outras instituições parceiras, formação e capacitação, oportunidades de troca de informação na região (formação de redes)

- **Grandes Obras** (apresentação: Jaime Siqueira). **Problemas:** Elaboramos uma matriz de impactos comuns provocados por grandes obras de infra-estrutura:

LOCAL impactado	OBRAS	IMPACTOS GERAIS
Obras em andamento (<i>ouvrages em cours</i>)		
Brasil / GF	Ponte Binacional	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento desordenado / inchaço das cidades; • Êxodo do interior e das Terras Indígenas para as cidades – especialmente nas cidades de fronteiras, que oferecem ilusões atrativas para pessoas de fora (garimpo, euro, liberdade); • Falta de serviços básicos de atendimento à população, que esses grandes projetos não estão trazendo; • Crescimento exponencial da violência, do alcoolismo; • Aumento do tráfico de drogas; • Impacto muito grande no meio ambiente, nas fontes de sobrevivência das comunidades locais e na cultura; • Insegurança alimentar; • Comprometimento da qualidade da água – contaminação de rios, igarapés e mananciais; • Cidades insustentáveis; • Aumento dos assentamentos;
Brasil / GF	Asfaltamento da BR-156	
Brasil / GF	Linha de transmissão	
Amapá / toda a região	Florestas Estaduais de Produção	
Suriname	Mineração no leste	
Obras em planejamento (<i>ouvrages prévus</i>)		
Suriname	Barragem no rio Kabalebo / TI Tiriyó (oeste)	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento desordenado / inchaço das cidades; • Êxodo do interior e das Terras Indígenas para as cidades – especialmente nas cidades de fronteiras, que oferecem ilusões atrativas para pessoas de fora (garimpo, euro, liberdade); • Falta de serviços básicos de atendimento à população, que esses grandes projetos não estão trazendo; • Crescimento exponencial da violência, do alcoolismo; • Aumento do tráfico de drogas; • Impacto muito grande no meio ambiente, nas fontes de sobrevivência das comunidades locais e na cultura; • Insegurança alimentar; • Comprometimento da qualidade da água – contaminação de rios, igarapés e mananciais; • Cidades insustentáveis; • Aumento dos assentamentos;
Suriname / GF	Ponte Binacional	
Suriname	Mineração no oeste	
Suriname / Guiana	Ponte Binacional	
Oriximiná/Jarí/Macapá	Linha de transmissão	
Jarí / TI Wajãpi	Barragem Santo Antônio	
Brasil / GF	Barragem do alto Cafezoca	

- **Encaminhamentos:** Envolvimento das populações em todos os níveis. Consulta prévia às populações (antes dos projetos serem aprovados). Pressão organizada sobre os setores públicos

(prefeituras, governos estaduais, secretarias municipais e estaduais, ministérios públicos, procuradorias etc.) . Realização de seminários sobre as questões de fronteira. Educação para a cidadania (cumprimento das obrigações constitucionais). Acompanhamento dos processos e programas (criação de comitês, formação e capacitação de seus membros). Mais oportunidades de diálogos transfronteiriços: fortalecimento das redes de articulação entre os países. Realização de Planejamentos estratégicos das populações indígenas e tradicionais (interessante para se contrapor aos grandes projetos ou facilitar o diálogo com agentes externos). Pensar na sinergia (acúmulo) dos diferentes projetos (impactos) de infra-estrutura e não apenas em projetos isolados. Realização de estudos de modo integrado. Maior visibilidade a essas questões (local, nacional e internacional), ex: Fórum Social Mundial (Belém, final de janeiro). Integração das populações locais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.)

- Gestão territorial e descentralização das aldeias (Apresentação: Simone Ribeiro). **Descentralização.** histórico da dispersão: as aldeias eram espalhadas, os serviços assistencialistas oferecidos pelo governo concentraram todos os índios em poucas aldeias (época de 70), por razões diversas voltaram a se descentralizar e dispersar pela terra. No Oiapoque também houve um processo de concentração-descentralização nos anos 80. Hoje há a preocupação em fiscalizar a região da estrada; e a descentralização das famílias na terra foi uma forma importante de ocupação e fiscalização da terra indígena. A centralização produziu escassez de recursos e conflitos internos entre diferentes grupos, um dos impactos ambientais e sociais: mais sérios foi a superpopulação; já a descentralização fez voltar a crescerem os recursos. É necessário um trabalho de conscientização através de conselhos para fortalecer as normas internas; autodemarcação das terras, projetos de apoio (PPTAL, PDPI); a tecnologia do branco trouxe dependência para os índios, dificuldades de mobilização: mudança do jeito de viver, enfraqueceu o modo de vida comunitário; importância da capacitação: professores, AIS, AISAN, ASA, etc.; controle de caça e pesca: áreas restritas dentro das Tis, lei ambiental; mudanças do jeito de explorar os recursos; construção de pistas. **Gestão interna:** a estratégia de descentralização é diferente: é necessário diminuir a concentração de famílias e ocupar outros pontos estratégicos para enfrentar os impactos do entorno; problemas atuais: caçadores, pescadores, madeireiros, GF compra madeira ilegal do Brasil para fazer móveis; elaboração do plano de vida em oficinas pensando nestes problemas de entorno e gestão interna; atuação e envolvimento dos professores, AIS, e outros no planejamento do futuro; pistas de pouso: apenas 2 são homologadas; presença de garimpo dentro da terra indígena: Santa Clara, impactos sociais e ambientais; valorização cultural reforça o modo de vida tradicional, jeito de usar os recursos da terra sem acabar e sustentável. **Gestão do entorno:** terra Wajãpi: assentamento Perimetral Norte II; Oiapoque: assentamento Cassiporé, fazendas formadas pela venda de vários lotes; Tumucumaque: presença de garimpo na REBIO Maicuru; Oiapoque: ocupação da beira da estrada BR 156, vigilância e fiscalização; Oiapoque: recursos hídricos: nascentes dos rios fora da terra indígena estão sendo poluídas pelas fazendas; incorporação de mais uma terra indígena entre a estrada e o PNMT para proteger as nascentes dos rios e igarapés (30 % da terra é cultivável), reprodução da fauna e futura descentralização de aldeias e terra de ocupação tradicional; invasão de turistas estrangeiros na TI Juminã, visitação nas aldeias, margens do rio Oiapoque: dificuldade de vigilância e fiscalização; proximidade com a cidade do Oiapoque: impactos sociais e ambientais.
- Guiana Francesa (apresentação: Opoya Aimã, Wayana: agente do PAG em campo): 1500 wayana: 1200 no PAC e 300 no Suriname; O PAC é recente de 2007; essa reunião é início de um intercâmbio; dentro desta periferia do PAC tem zona de livre adesão; 3 delegações: 1 Maroni em Maripasoula, 1 delegação de Salu, 3 é do Camopi; zona de livre adesão tem grandes desafios de nível social; cultura Wayana se caça, se pesca, se coleta, vive-se da floresta; [Dominique explica a diferença entre o PNMT (Brasil) e PAG (França)]; Wayana moram no PAG na zona de livre de livre adesão; na zona verde (zona coração) pode usar e morar de forma auto-sustentável; problemas sociais: 5 aldeias Wayana cada com 200 pessoas + ou -, subiram o Rio Jari e ainda estão se estabelecendo; tínhamos muita mobilidade, mas com a chegada da escola e posto de saúde, começou a sedentarização; outro problema: existem novas lideranças nomeadas por

pessoas de fora, conselho do município, e representam os Wayana para o governo francês; temos problema de fauna e flora insuficiente, as famílias crescem, falta comida mas o governo dá uma ajuda financeira por filho; gestão de manejo fauna e flora é o nosso maior problema; desde anos 70 os wayana são cidadãos franceses, recebem toda a ajuda que qualquer cidadão francês: voto, identidade, contratações de jovens; um dos problemas para fazer gestão para fauna e flora é que também comercializamos; massacre dos peixes: tecnologias do branco, timbós em quilômetros dos rios; a constituição do PAG podem ajudar na participação das associações culturais para a criação do PAG ajuda a dar visibilidade para as associações indígenas; para trabalhar no parque tem 3 linhas: competência para cada coisa, respeito aos modos de vida, participação financeira das comunidades do projeto; garimpo ilegal: rio Maroni muito importante para transporte dos Wayana, alta taxa de concentração de mercúrio no Rio Maroni; Rio Maroni: mercúrio, pesca ilegal, perto da gente vivem os mekoro eram antigos escravos do Suriname e tem uma visão muito diferente dos Wayana; impactos com lixo; eles estão fazendo o possível para lutar contra tudo isso e esperam que a constituição do PAG ajude a amenizar as consequências destes problemas; população perdida entre tradição e modernidade; impactos sociais e ambientais: drogas, prostituição e violência; missões protestantes.

- Comentários. Estela Oliveira: Sobre gestão: trabalhar dentro e fora das TIs: conscientização interna e externa. Ex: vigilância da boca do Uaçá, limite da TI, local de grande importância para reprodução dos peixes e local de pesca dos não-índios. Descoberta de peixes-bois marinhos nessa área (antes dado como extinto); mapeamento de pontos estratégicos: lago Maruani; Sobre mineração: Não ficou claro se queremos ou não garimpo dentro de terra indígena. Várias oportunidades se aproximam para deixarmos claro nossa posição. Sobre obras: oportunidade de discutir com o pref do Camopi e a pref St George sobre os problemas comuns. Convite aos parentes para estar presentes na Assembléia do Oiapoque. Dominique Gallois: Comentário sobre a insistência que as mineradoras farão aos povos indígenas da região. Pref. Camopi: Quando na GF, os povos indígenas disseram não à mineração o parque ajudou. Isso não pode acontecer no Brasil. Dominique Gallois: Sim, pode, mas aqui no parque não mora ninguém e é proibida a mineração. Eles apóiam os povos indígenas, mas eles não são responsáveis pelas TIs. Carla: Foi dito aqui que seria bom ir visitar uma mineradora. No Suriname quando iria começar a mineração de bauxita, os povos do leste pediram para visitar as minas. Na visita eles não mostraram as minas, mas quando o avião passar por cima eles se assustaram com o desmatamento. A empresa inclusive trouxe 3 representantes para o Brasil para ver a recuperação florestal que eles fariam depois da mineração. Eles não permitiram que acompanhássemos, mas aconselhamos que os representantes tentassem falar com os povos atingidos do entorno. Precisamos garantir que a visita seja controlada por nós e não pela empresa. Quanto à descentralização, temos uma experiência com famílias tiriyo que queriam sair de Kwamala, mas eles não queriam ir para um local sem escolas ou atendimento medico. Conseguimos que eles fossem transferidos para 2 aldeias Lokono que decidiram recebê-los. As mulheres estão decidindo casar com os Lokono e estamos antecipando problemas entre os Lokono e os Tiriyo quanto à mineração próximo a terra deles.

Quarto dia de trabalho (13.12.2008)

A atividade proposta para este último dia foi identificar ações conjuntas que podem ser realizadas para encaminhar as discussões apontadas no dia anterior em cima dos três temas (mineração, gestão territorial e obras de infra-estrutura). A tarefa sugerida aos grupos consistia em: (1) analisar as propostas apresentadas no trabalho de grupo anterior, (2) priorizar algumas ações, (3) detalhar: Como fazer /Responsável/Prazo/Quando/ Apoio Colaboradores. Os grupos analisaram algumas ações e fizeram propostas, o detalhamento de como fazer, responsável e prazos foi mais difícil de ser definido no momento. Algumas linhas gerais foram propostas. A transcrição segue abaixo.

(1) Quarto trabalho em grupo: Apresentação de propostas, priorizar algumas ações e planejar a execução dessas ações dentro das agendas possíveis. Duas ou três ações prioritárias e factíveis. (detalhar, responsáveis, datas)

- Grupo Garimpo/Mineração (apresentação: Décio Yokota). Ênfase no fortalecimento da rede transfronteiriça; elaboração de um banco de dados centralizado sobre a situação do garimpo e da mineração com objetivo de gerar mapas. O responsável seria o Iepé, com apoio do CNRS e do Observatório Oiapoque, do lado da Guiana Francesa, e do VIDS e ACT do lado do Suriname; elaboração de um quadro comparativo das legislações de parques nacionais, franceses e surinameses e possivelmente, um quadro comparativo da legislação referente aos indígenas; estabelecimento de uma rede de



Grupo de Trabalho

- de notícias: responsabilidade distribuída (rede de emails). Comentários: Rodrigo Paranhos: que não seja legislação só de parques, mas de UCs em geral. Soluções. Localização concentração de garimpos/mineração – MAPAS: Responsável: Iepé; GF: CNRS/Observatório Oiapoque; SR: VIDS/ACT. Prazo: 1ª versão – JAN/2009. Colaboradores e fontes: Associações indígenas, PAG, ONF, SEAS (IRD), ICMBio/Ibama, Iepé, DRIRE, DIREN, ACT, TNC, CI, DNPM, Funai, CGUC/SEMA-AP. Legislação – Parques: Pesquisa: Comparação entre o parque nacional francês e o brasileiro; informações sobre o Suriname; Responsável: Iepé. Colaboradores: FOAG, PAG/IRD, ICMBio, ACT, VIDS. Prazo: Abril/2009. Rede de Notícias: - Divulgação de notícias breves e traduzidas. Responsabilidade distribuída (rede de emails). Legislação – Povos Indígenas: Quadro comparativo da legislação sobre povos indígenas: Brasil/Guiana Francesa/Suriname.
- Grupo Impactos de grandes obras (apresentação: Fabienne Mathurin-Brouard, Prefeita de Saint Georges): Avaliação da reunião transfronteiriça como muito positiva, com grande contribuição para o seu trabalho como prefeita de Saint Georges. Apresentação do esquema trabalhado: (1) Analisar as propostas apresentadas. Três níveis de ações se destacaram: 1º nível: local (municipalidade // comunidade); 2º nível: público (instituições públicas locais, supra-locais, internacionais); 3º nível: articulador (associações, institutos de pesquisas e outras entidades presentes neste evento). (2) Priorizar algumas ações: (A) mini-reuniões de trabalho binacionais, a

cada dois meses, entre os níveis 1 e 3. Objetivos: intercâmbio de informações sobre os impactos dos grandes empreendimentos (ex. compartilhar os estudos de impacto sobre a ponte e as estradas); identificação de ações de cooperação no nível local. (B) grande reunião anual de trabalho. Objetivos: balanço anual dos estudos e ações realizados ao longo do ano (para os três grupos). Organização de trabalhos para os próximos anos. Compartilhar todos os problemas e o início das ações iniciadas. (3) Detalhar: Responsáveis/Atores? lado brasileiro: Funai, Iepé, Comitê Gestor, Prefeitura (?); lado francês: mairie, CNRS/Observatório, representantes da população (associações); serviços públicos serão convidados segundo os objetivos de cada reunião: (A) Prazo: primeira reunião: fevereiro de 2009 (em Saint Georges): entre 5 e 7 pessoas de cada lado; segunda reunião: abril de 2009 (em Oiapoque). Grande reunião anual de trabalho. Sugestão: fim de setembro de 2009 em Oiapoque e Saint Georges. (B) Apoio/colaboradores: Observatório Oiapoque (CNRS), Iepé, Prefeitura, Funai, outras instituições a serem procuradas.

- Grupo Gestão Ambiental (apresentação: Simone Ribeiro). Dificuldade de pensar uma ação geral para todos. Pensamos em princípios. A formação dos Agentes Socioambientais (ASA) se destacou como um aspecto importante. Já tem em GF e Oiapoque. Consolidar, reconhecer e regulamentar o trabalho e a capacitação desses ASA. Vamos juntar os materiais sobre isso e elaborar uma cartilha. Outro ponto foi a questão da descentralização das aldeias. Como incentivar essa dispersão? É preciso ter manejo de caça/pesca, formação de professores, ASAs, etc. Incentivar que todos façam um plano sócio-ambiental (plano de vida). Com intercâmbios para oficinas de elaboração desses documentos. Incentivar criação de faixas de amortecimentos, e outras proteções de entorno. Outra proposta que surgiu: capacitar lideranças para participar dessas reuniões e intercâmbios transfronteiriços. Responsáveis: Iepé, FUNAI e TNC do lado Brasileiro

Avaliação final da reunião e próximos passos

Os trabalhos foram finalizados com a definição de alguns próximos passos, dentre eles a realização da próxima reunião transfronteiriça no intervalo de um ano possivelmente nas cidades de Saint Georges e Oiapoque, conjuntamente (cada uma de um lado da fronteira Brasil-Guiana Francesa), conforme sugerido por Fabienne Mathurin-Brouard, Prefeita de Saint Georges. Outro passo significativo foi a intenção de se criar um grupo virtual que deverá manter ativa a troca de informações e dados sobre a região, na construção de uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro no Planalto das Guianas.

Na avaliação final, os participantes de uma maneira geral se mostraram muito satisfeitos com a iniciativa do Iepé em promover esse diálogo e troca de experiências, os desafios foram grandes em conjugar as diferenças em termos de idiomas, variedade de culturas, realidades, mas é importante destacar que o trabalho partiu da base próxima aos povos indígenas, neste momento está se dando um primeiro passo que pode desencadear um processo de cooperação transfronteiriça no apoio aos povos indígenas da região. Seguem alguns comentários resumidos.

Depoimentos finais

- Estela dos Santos Karipuna (Administradora Funai Oiapoque): primeiro passo, muito positiva a troca de experiência entre os povos. Próximas reuniões irão fortalecer mais essa rede.
- René Monerville (prefeito Camopi): agradecimentos.
- Fabienne Mathurin-Brouard (Prefeita SG): cada um de nós tem um papel. Precisamos estar envolvidos. Temos que viver entre a nossa cultura e a modernização.
- Françoise Grenand (CNRS): agradecimentos.
- Carla Madsian (VIDS): ressalta a importância da troca de experiências e conhecimentos em rede.

- Aikyry Wajãpi (Apina): troca de experiências é muito importante para o desenvolvimento das idéias. Boa oportunidade para destacar prioridades da região. Precisamos nos esforçar para transformar essas idéias em práticas.
- Ewka (cacique Sipaliwini): agradecimentos. Importante discussão sobre a nossa vida e sobrevivência. Como será o futuro de nossos filhos sem a natureza?
- Aretna Tiriyo (Cacique Pedra da Onça): agradecimentos. É importante que o que foi combinado seja realmente feito.
- Juventino Kaxuyana (pres. Apitikatxi): agradecimentos. Importante dar continuidade aos trabalhos.
- Rodrigo Paranhos (MMA/SBF): importante destacar que esse trabalho partiu da base, de gente próxima aos povos indígenas. Identificação de três temas principais para serem desenvolvidos. Importante elaborar uma proposta de ação. Esse tipo de trabalho auxilia à elaboração de políticas públicas.
- Dominique Gallois (Iepé): articular 3 países com uma grande variedade de culturas e línguas não foi uma coisa fácil. Estamos dando aqui um primeiro passo muito grande. O Iepé vai se empenhar muito para ajudar a construir essa rede. Agradecimentos.



Vista da Fortaleza de Macapá

Próximos Passos

O QUE FAZER	PREVISÃO	RESPONSÁVEL
Disponibilizar Relatório do encontro	1ª versão fim de Dez Versão final - Fevereiro	Iepé – versão português Observatório – tradução francês
Disponibilizar Mapa dinâmico regional da situação do garimpo/mineração	Jan 2009 – 1ª versão (atualizado 2x ao ano)	Iepé
Criação grupo virtual	Janeiro 2009	Iepé
Elaborar Boletim mensal de notícias – via email/correio/rádio	Fevereiro 2009	Iepé
mini-reunião de trabalho binacional (Oiapoque e Saint Georges, nível local): reuniões bimensais. <u>Objetivos:</u> intercâmbio de informações sobre os impactos dos grandes empreendimentos; compartilhamento de informações relevantes;	Fevereiro 2009 – primeira reunião em Saint Georges, entre 5 e 7 pessoas de cada lado	Prefeitura de Saint Georges e Funai OYK

identificação de ações de cooperação no nível local		
Realizar próximo encontro de trabalho	Novembro 2009 (Saint Georges/Oiapoque)	Coordenação: Iepé/Funai AERO/CNRS Colaboração: Mairie de Saint Georges/Mairie de Camopi/ACT Brasil/Funai Aer Macapá/Funai CGPIMA Possibilidades a verificar: Prefeitura de Oiapoque /PNRG/Parque Amazônico da Guiana/ ParNa Tumucumaque/ParNa Cabo Orange/IRD/FOAG/SEMA
Quadro comparativo da legislação sobre povos indígenas: Brasil/Guiana Francesa/Suriname	???	???
Oficinas para capacitar lideranças para participarem dessas reuniões transfronteiriças	???	???

Lista de Participantes

Participante	Instituição	Contato telefônico	Contato email
Representantes Indígenas			
Wayana - Aparai (Brasil)			
Tadeu Wayana	Apitu	(96) 9137-7099	
Capixaba	Apitu	(96) 8132-1071	
Mujare Apalai	Apitu	(96) 8123-3049	
Amiakare Apalai	Chefe de Posto - aldeia Bona	Via Rádio (aldeia Apalai / Bona)	amiakare@hotmail.com
Sapotori Wayana	aldeia Xuxuimene	(96) 3223-1654	
Wajãpi (Brasil)			
Jawapuku	Apina	(96) 3224-2113	conselhowajapi@uol.com.br
Aikyry	Professor Wajãpi		aikyrywajapi@gmail.com
Rosenã	Pesquisador Wajãpi		conselhowajapi@uol.com.br
Kumare	Liderança Wajãpi		conselhowajapi@uol.com.br
Akau'potyr	Apiwata	(96) 3223-6461	
Tiriyó – Kaxuyana (Brasil)			
Juventino	Apitikatxi		apitikatxi@gmail.com
Tadeu Simehtu Tiriyó	Cacique Geral - Missão	Via Rádio (Missão Tiriyó)	
Kurawaka Aretina Tiriyó	Cacique aldeia Pedra da Onça	Via Rádio (Pedra da Onça)	
Demétrio Amisipa Tiriyó	Agente de Saúde e Condisi	(96) 81 28 45 84	dimi.tiriyo@gmail.com

João Pekiruruwa Kaxuyaba	Cacique aldeia Santidade	(93) 81 13 14 22	
Kapai Tiriyo	Cacique aldeia Urunai	Via Rádio (Urunai)	dimi.tiriyo@gmail.com
Purerewa Tiriyo	Cacique aldeia Yama	Via Rádio (Yawa)	
Povos Indígenas do Oiapoque (Brasil)			
Sergio dos Santos	Museu Kuahí	(96) 3521-1330	museukuahi@gmail.com
Maria T. Cristina Jeanjaque	Museu Kuahí	(96) 3521-1330	museukuahi@gmail.com
Domingos Santa Rosa	Funai Oiapoque	(96) 3521-1330	karumaira@gmail.com
Wajãpi e Teko (Guiana Francesa, Camopi)			
René Monerville	Mairie de Camopi	fax 05 94 31 33 03	cbfabbri@hotmail.com
Jeremie Mata	Parque Nacional da Guiana		cbfabbri@hotmail.com
James Panapuy	Mairie de Camopi		cbfabbri@uol.com.br
Tiriyo (Suriname)			
Euka Oochpatapo	Cacique aldeia Sipaliwini	Via Rádio (Sipaliwini)	
Wayana (Guiana Francesa, rio Maroni)			
Kupi Aloike	Parque Nacional da Guiana		
Aimawale Opaya	Parque Nacional da Guiana		
Mataliwa Kulijaman	Representante comunitário		
Palikur (Guiana Francesa, Saint Georges)			
Roger Labontê		via Mairie de Saint Georges	
Representantes de Centros de pesquisa			
USP/NHII			
Dominique T. Gallois		(11) 3091 3301	dogallois@superig.com.br
CNRS, IRD (Instituto de Recherche et Développement) e outras instituições francesas			
Pierre Grenand	IRD		pgrenand@yahoo.fr
Françoise Grenand	CNRS / UPS Oiapoque		francoise.grenand@cnrs-dir.fr
Damien Davy	CNRS / UPS Oiapoque		damien_davy@yahoo.fr
Representantes de Órgãos Governamentais			
Sepi			
Arine Apalai	Sepi	(96) 3212-1248 // 9131-8705	aw-apalai@bol.com.br
Sema			
Newton Marcelo	Sema	(96) 8132-5116	newtonmarcelo@gmail.com
Funai			
Frederico Oliveira	AER Macapá	(96) 3222-2248	oliveirafom@yahoo.com.br
Estela dos Santos Oliveira	AER Oiapoque	(96) 3521-1330	estelakaripuna@gmail.com

Jaime Siqueira	CGPIMA BSB	(61) 3313-3693	jaime.siqueira@funai.gov.br
Instituto Chico Mendes e MMA			
Christoph Jaster	ICMBIO ParNa Tumucumaque		cbjaster@gmail.com
Kelly Bonach	ICMBIO ParNa Cabo Orange		kbonach@yahoo.com.br
Tatiana Rhder	MMA Secretaria Biodiversidade e Floresta		tatiana.rhder@mma.gov.br
Rodrigo Paranhos	MMA/SBF		rodrigo.paranhos@gmail.com
Outras instituições governamentais no Brasil			
Caroline Jeanne Delelis	Embaixada França - Brasília		carol.cds.unb@gmail.com
Instituições da Guiana Francesa			
Richard Pasquis	Cirad		pasquis@cirad.fr
Fabienne Mathurin- Brouard	Prefeita Mairie Saint Georges Diretor Parque Nacional da Guiana Francesa		brouardfabienne@yahoo.fr
Jean Philippe Delorme			jeanphilippe.delorme@guyane-parcnational.fr
Instituições do Suriname			
Carla Madsian	VIDS	+(597) 8607557	cmadsian@hotmail.com
Outras Instituições			
Thiago Avila	ACT - Brasil		thiago@actbrasil.org.br
Participantes lepé			
Giselle Paulino Lopes	lepé	(96) 3223 2052	giselle@institutoiepe.org.br
Décio Horita Yokota	lepé	(11) 3746-7912	decio@institutoiepe.org.br
Denise Fajardo Grupioni	lepé e NHII/USP	(11) 3746-7912	denise@institutoiepe.org.br
Francisco Paes	lepé	(96) 3521-1970 // (96) 9966-2634	fspaes@institutoiepe.org.br
Iori Linke	lepé	(91) 3228-1950	iorilinke@hotmail.com
Simone Ribeiro	lepé	(96) 3223 2052	simone@institutoiepe.org.br